

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JÚNIA MARISE FERNANDES DA COSTA

**O DIREITO À MORADIA E O ENFRENTAMENTO AOS PROBLEMAS DE
HABITAÇÃO: UM ENFOQUE NO CONTEXTO DA CIDADE HISTÓRICA DE
OURO PRETO**

Monografia

MARIANA

2023

Júnia Marise Fernandes da Costa

O direito à moradia e o enfrentamento aos problemas de habitação: um enfoque no contexto da cidade histórica de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP; como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Horst.

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C837d Costa, Júnia Marise Fernandes da.

O direito à moradia e o enfrentamento aos problemas de habitação um enfoque no contexto da cidade histórica de Ouro Preto. [manuscrito] / Júnia Marise Fernandes da Costa. Júnia Marise Fernandes da Costa. - 2023.

53 f.: il.: color., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Horst.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Habitação - Ouro Preto (MG). 2. Ouro Preto (MG). 3. Serviço social - Ouro Preto (MG). I. Costa, Júnia Marise Fernandes da. II. Horst, Cláudio. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 316.334.54(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Junia Marise Fernandes da Costa

O direito à moradia e o enfrentamento aos problemas de habitação: um enfoque no contexto da cidade histórica de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 07 de Março de 2023

Membros da banca

Doutor - Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

Mestra - Raquel Mota Mascarenhas - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Mestra - Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 23/03/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Rodrigues Correa dos Reis**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 28/03/2023, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0496352** e o código CRC **8F6876CE**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui e por ter me dado forças para que eu não desistisse.

Ao meu marido por ser tão companheiro e me acompanhar nessa missão.

Ao meu filho que sempre esteve presente, apoiando cada passo que eu dava.

Aos meus colegas de sala, Genilza, Daniele, Angelica e Carina pelo incentivo.

A minha assistente social, Nádia Murta, pela paciência no estágio, carisma, atenção.

Ao José Arlindo que me auxiliou na construção deste trabalho.

A Angélica que me auxiliou e se dedicou em me orientar na escrita do TCC.

Ao Charles Murta, da Defesa Civil, pela orientação.

Às pesquisadoras, Marina e Raquel, por terem composto a banca de defesa deste TCC.

E por fim, a meus amigos queridos, Celeste dos Santos e Jéssica, meu muito obrigado pelo incentivo.

Digo: - O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente no meio da travessia
(João Guimarães Rosa).

RESUMO

Embora seja um direito garantido pela Constituição Federativa de 1988, a Política de Habitação é um direito que não se efetiva como deveria no Brasil, quando se observa a presença de habitações, em grande maioria, construídas em áreas de altos riscos geológicos. Em se tratando da cidade histórica de Ouro Preto-MG, após leituras de laudos técnicos da Defesa Civil, foi possível identificar que a referida cidade histórica se encontra em um terreno montanhoso e acidentado, sendo que a sua ocupação se deu tendo em vista a exploração mineral a partir do século XVIII. A expansão inadequada dos espaços, em conjunto ao povoamento excessivo na cidade, somou-se à ausência do direito à terra, trabalho e habitação, levando grande parte das frações das classes trabalhadoras a se localizarem em áreas de “risco”. Diante desse cenário, os objetivos deste estudo foram: analisar a formação sócio-histórica de Ouro Preto a fim de compreender a questão habitacional na cidade; e analisar a política de habitação da cidade de Ouro Preto para compreender seus limites e possibilidades. Para tanto, seguiu-se uma metodologia qualitativa, bibliográfica, considerando a observação da análise do movimento concreto da realidade, a partir do método construído pelo teórico Karl Marx, o materialismo histórico dialético. Concluiu-se que a Política de Habitação vem para dar uma resposta às expressões da “questão social”, diretamente ligadas à historicidade do país e, principalmente, ao escravismo e ao desenvolvimento do capitalismo dependente. Com isso, é preciso que os assistentes sociais estejam sempre atualizados, pois o Projeto Ético Político nasce com o predomínio de intenção de ruptura com o conservadorismo adotando perspectiva crítica.

Palavras-chave: Habitação. Ouro Preto. Serviço Social.

ABSTRACT

Although it is a right guaranteed by the Federal Constitution of 1998, the Housing Policy is a right that doesn't take effect as it should in Brazil, when one observes the presence of housing, in the vast majority, built in areas of high geological risk. In the case of the historic city of Ouro Preto-MG, after reading technical reports from the Civil Defense, it was possible to identify that the said historic city is located in a mountainous and rugged terrain, and its occupation was given with a view to exploring mineral from the 18th century. The inadequate expansion of Spaces, together with the excessive population in the city, added to the absence of the right to land, work and housing, leading a large part of the fractions of the working classes to be located in "risk" areas. Given this scenario, the objectives of this study were: to analyze the socio-historical formation of Ouro Preto in order to understand the housing issue in the city; and analyze the housing policy of the city of Ouro Preto to understand its limits and possibilities. For that, a qualitative, bibliographical methodology was followed, considering the observation of the analysis of the concrete movement or reality, from the method constructed by the theorist Karl Marx, dialectical historical materialism; as well as research in periodicals, magazines, among other sources. It was concluded that the Housing Policy comes to respond to the expressions of the "social question", directly linked to the country's historicity and, mainly, to slavery and the development of dependent capitalism. With this, it is necessary that social workers are always up to date attentive to the new model of society, since the Political Ethical Project was born with the predominance of intention to break with conservatism, adopting a critical perspective based on Marxist theoretical and methodological references.

Keywords: Housing. Ouro Preto. Social Service.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 METODOLOGIA	12
CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA HABITAÇÃO NO CAPITALISMO	14
1.1 A habitação na ordem do capital	14
1.2 Formação sócio-histórica no Brasil e trajetória da política urbana	17
CAPÍTULO 2: REFLEXÃO SOBRE A HABITAÇÃO NA CIDADE HISTÓRICA DE OURO PRETO	27
2.1 Elementos da constituição sócio-histórica da cidade de Ouro Preto	28
2.2 É Patrimônio da Humanidade, mas é do povo?	32
2.3 Ouro Preto: Uma cidade à beira de um colapso geológico	37
2.4 O fazer profissional no Serviço Social	40
4 CONCLUSÃO	49
5 REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Após leituras de alguns laudos técnicos da Defesa Civil, concomitante, a historicidade da região de Ouro Preto é possível identificar que a referida cidade histórica se encontra em um terreno montanhoso e acidentado, sendo que a sua ocupação se deu a partir da exploração mineral, nos séculos XVII e XVIII, às margens dos ribeiros onde o ouro era abundante e nos morros que circundam a cidade, repletos de minas e sarilhos. Nesse território, a expansão inadequada dos espaços, em conjunto ao povoamento excessivo na cidade, somou-se a ausência do direito à terra, trabalho e habitação levando grande parte das frações das classes trabalhadoras a se localizarem em áreas de “risco”, resultando historicamente em experiências problemáticas para essas famílias, principalmente, em períodos de chuvas, entre o mês de setembro e fevereiro.

As ocupações em encostas deram origem aos assentamentos precários com diversos problemas tanto de mobilidade quanto de acessibilidade. Hoje, nota-se que um dos maiores problemas enfrentados pela infraestrutura municipal ainda é a ocupação dessas encostas com imprudência, representando um alto risco de deslizamentos de terras e soterramento com vítimas fatais. Segundo Dutra, “é no processo de tessitura cotidiana que vão se moldando os rostos das reais vítimas dos desastres, em sua imensa maioria pobres e não brancos, que assistem suas moradias precárias serem arrastadas pelas chuvas incessantes” (DUTRA, 2021, p. 32).

Tais “desastres” são associados à ação humana e, embora caiba ao Estado e aos municípios fazerem valer políticas públicas de assistência, de habitação, um direito fundamental de qualquer cidadão; observa-se que grande parte das famílias ainda vivem em moradias precárias sobre as encostas das cidades ou próximas a ribeiros. No entanto, elas se encontram em tais espaços não por vontade própria, mas porque foram obrigadas a ocupá-los, diante da desigualdade social que insiste em separar pobres e ricos.

Segundo Maricato (2015), reconhece-se então que a ocupação de maneira ilegal ocorre por falta de opção da população de baixa renda. As leis determinadas pelos planos urbanísticos alcançam uma minoria da população, enquanto a maioria vive na ilegalidade, ou seja, a massa da classe trabalhadora e ou desempregados que independentes do trabalho apresentam altos índices de opressão, superexploração, violação dos direitos humanos e ocupam áreas periféricas longe das oportunidades da cidade.

Assim, entra governo e sai governo e as promessas sobre solucionar a questão da moradia dessas famílias continuam sendo as mesmas. Com a argumentação favorável à resolução da problemática, utiliza-se de ações de manobra, com intervenções menos

eficazes para essa população, cujo nome “beneficiário” irá se associar àquelas famílias removidas das áreas de risco, dando a entender que o Estado garantirá a segurança delas. Porém, o que ocorre é que serão monitoradas ao comprovar renda e, a qualquer momento, poderão ser desvinculadas de programas sociais.

A definição apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para habitações indica o termo “Aglomerado subnormal” para fazer referência a:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010).

Para compreender melhor os dilemas do exercício profissional de Assistentes Sociais em viabilizar os direitos aos cidadãos e tentar contribuir com o enfrentamento às desigualdades sociais no âmbito da política pública, faz-se necessário compreender *como* e *a quem* se destina o benefício de Auxílio Moradia e as Leis que asseguram sua definição. Assim, o trabalho da Defesa Civil de Ouro Preto, em conjunto com a Secretaria de Habitação, é imprescindível, sobretudo em momento de chuvas intensas, para que danos maiores possam ser evitados.

Seguindo essa linha de raciocínio, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo discorrer, em breves linhas, os limites e as possibilidades do trabalho de assistentes sociais na secretaria de habitação no município de Ouro Preto-MG, debruçado sob a luz do Projeto Ético Político da profissão. Nessa conjuntura, iremos percorrer desde as construções do século XVIII, os espaços ocupados pela população e o trabalho dos assistentes sociais em viabilizar direitos sob leis municipais que restringe acesso aos próprios cidadãos.

O interesse pelo tema deste presente trabalho de conclusão de curso surgiu em 2021, quando me tornei estagiária de Serviço Social, no setor de Habitação, na Prefeitura Municipal de Ouro Preto-MG. Em virtude dos fatos, foi fundamental a articulação entre teoria e prática para compreensão acerca dos instrumentos da profissão e seu objeto, pois é a partir dessa junção que os desafios tendem a definir estratégias para a mediação entre os limites e potencialidades da profissão. Como garantir a ética e o sigilo profissional? Como construir estratégias em equipes multidisciplinares?

Tais perguntas estavam presentes durante todo o processo de estágio, primeiro por ter nascido nessa cidade maravilhosa que é Ouro Preto e, segundo, por desconhecer

totalmente essa realidade nesses espaços tão diversos, sendo eles centrais e periféricos. A realidade em que estava inserida não me permitia tais reflexões. Elas somente foram possíveis a partir do meu processo de formação acadêmica do Serviço Social, aliadas às reflexões geradas em sala de aula das disciplinas que contemplaram o tema da pesquisa, foram identificados caminhos para obter possíveis respostas aos meus questionamentos.

Cada dia de estágio no âmbito dessa instituição, as visitas domiciliares, bem como o atendimento às famílias beneficiárias do programa Auxílio Moradia, foram imprescindíveis às respostas que eu procurava.

Assim, a justificativa para este estudo encontra-se na necessidade de evidenciar como a função do assistente social é extremamente relevante para a salvaguarda do direito à moradia, uma vez que as péssimas condições das habitações, o desenvolvimento desigual das cidades, a falta de saneamento básico, entre outros problemas; as expressões da “questão social”, interferem na ampliação da Política de Habitação, e são campos de atuação do profissional. Para isso, o assistente social precisa estar atento ao projeto ético político e às modificações que ocorrem na profissão para atuar na defesa desse direito, historicamente, garantido a poucos cidadãos.

No que tange à **relevância social**, consideramos a inserção desse profissional em um território marcado pelo processo exploratório da mineração, na formação de contingentes populacionais formados às margens do centro histórico ouro-pretano, atrelado a questões étnico raciais, além de todas as outras velhas e novas expressões da “questão social” que medeiam o território em questão. A falta de uma política habitacional condizente com a real situação da cidade tende a gerar tensões e desafios na atuação profissional de Assistentes Sociais inseridos nesses espaços institucionais. Por haver poucos estudos sobre a temática, entende-se que falar desse processo contribui para o entendimento e para a construção de possíveis explicações e questionamentos coletivos, tanto por parte da sociedade em geral, como também dos moradores das cidades mineradoras, a respeito da problemática aqui desenvolvida.

No que tange à **relevância científica**, encontramos alguns estudos sobre a temática, porém, a atuação do profissional de assistentes sociais nesses espaços foi limitada. Tratamos do tema vivenciado no Brasil desde a época da colonização, bem como o povoamento da cidade de Ouro Preto, e a migração de pessoas aos grandes centros urbanos.

Em busca realizada na biblioteca digital de TCC da UFOP, identificamos estudos sobre o assunto de 2017 até 2021.

Realizamos, do segundo trimestre de 2021 até o segundo trimestre de 2022, buscas de textos, com as palavras-chave “habitação” e "moradia". Nesse recorte, catalogamos os trabalhos encontrados:

Quadro 1- TCCs que perpassam a abordagem do nosso tema

Ator/a	Título	Ano	Palavra-chave	Resumo
Rosemary de Paula Alves	Do território, às minas e um horizonte de exploração: análise do "programa um teto tudo" desenvolvido pela política de habitação na cidade de Ouro Preto-MG	2021	Desenvolvimento habitacional - Ouro Preto - MG Habitação - Ouro Preto -MG Serviço social	O presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo analisar a política de habitação no município de Ouro Preto-MG, compreendendo a atuação profissional frente às demandas que se apresentam neste contexto. Para tanto, abordaremos sobre o processo de formação e ocupação urbana da cidade, seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Além disso, discutiremos sobre as competências, atribuições, desafios e possibilidades apresentadas para o Assistente Social, considerando a política de habitação em um país com herança escravocrata e inserido no modo de produção capitalista. A metodologia aplicada neste trabalho, fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, executada a partir da consulta de livros, teses, dissertações, artigos, jornais, documentos e legislações. Compreendendo a política habitacional nesta cidade, dentro do Programa “Um Teto é Tudo”, buscou-se uma breve reflexão e análise sobre o auxílio moradia que é oferecido a centenas de famílias do município desde o ano de 2006 até os dias atuais, mostrando a necessidade de um urgente aprimoramento no mesmo, visando a diminuição do aluguel social, pensando na execução e distribuição de casas próprias.
José Bonifácio Alves e Silva Reis	A questão habitacional no município de Ouro Preto/MG e suas consequências sociais.	2017	Habitação - aspectos sociais Direitos civis	Esta monografia do curso de Serviço Social é o resultado de um estudo que teve por finalidade analisar o contexto histórico da habitação no Brasil, e os entraves para a efetivação desse direito no município de Ouro Preto/MG. Nessa ótica buscou-se através de uma pesquisa de campo, compreender como se dá a efetivação desses direitos para a população de baixa renda no município. Portanto a realização do presente estudo só foi possível com o auxílio da pesquisa de campo qualitativa desenvolvida na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania do Município de Ouro Preto, que teve como objetivo analisar as diversas especificidades políticas envolvidas na questão do déficit habitacional do município. Enfim, foi apresentada uma série de averiguações extraídas da análise dos dados qualitativos que estão presentes nesta pesquisa.
Ellen Cristina Pinto da Costa	Os entraves da política habitacional em Ouro Preto.	2019	Políticas públicas Habitações - aspectos sociais Ouro Preto - MG	Estima-se que 90% da população brasileira seja urbana até 2030. Esse dado, independentemente de seu desapego com o conceito de rural, urbano ou rural-urbano, evidencia um preocupante ponto: o planejamento urbano. Estudos revelam que 1/3 dos brasileiros vivem sem condições mínimas de moradia digna. Isso inclui a falta de infraestrutura e serviços básicos como luz elétrica, água encanada, esgoto e coleta de lixo. Nesse sentido, motivada pelo inconformismo com a falta de

				<p>efetividade das políticas públicas habitacionais no Brasil, assim como com a perda de direitos do atual governo, a presente pesquisa emerge da necessidade de compreender os desafios relacionados à moradia digna no município de Ouro Preto frente a uma estrutura organizacional que permite milhões de famílias em condição de vulnerabilidade social e, ainda mais, em áreas de risco, como é o caso do distrito - sede. Para tanto, pretende-se com esse trabalho identificar os entraves da política pública habitacional de Ouro Preto-MG, a partir do levantamento do histórico de políticas habitacionais brasileiras e ouro-pretanas, bem como de sua evolução urbana. Nesse cenário, é importante entender que se trata tanto de fenômenos globais, como de dinâmicas intrínsecas ao território, cujas causas às vezes nem conseguimos identificar, mas que faz necessária a busca por novas alternativas, desvinculadas da provisão da moradia propriamente dita, assim como do investimento público.</p>
--	--	--	--	---

A partir do exposto, o presente Trabalho de Curso levanta como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais as tensões e os desafios de um território onde o risco geológico é uma “bomba relógio”? Nosso questionamento advém da necessidade de construir respostas às demandas mediadas por um projeto ético-político voltado para a classe trabalhadora que ainda não acessa o direito à moradia em condições mínimas.

A partir disso, delimitou-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a formação sócio-histórica de Ouro Preto, a fim de identificar as determinações que impactam na questão habitacional no município.

Tendo em vista o objetivo geral, traçou-se como objetivos específicos:

- Analisar a formação sócio-histórica de Ouro Preto a fim de compreender a questão habitacional na cidade;
- Analisar a política de habitação da cidade de Ouro Preto para compreender seus limites e possibilidades.

1.1 METODOLOGIA

O caminho escolhido pelo pesquisador é essencial para que ele consiga cumprir com os objetivos de sua pesquisa. Neste trabalho, considerou-se a observação da análise do movimento real da realidade, a partir do método construído pelo teórico Karl Marx, o materialismo histórico dialético.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa

palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Assim, para cumprir com os objetivos estipulados para esta pesquisa, foram realizadas pesquisas em periódicos, livros, legislações, referências utilizadas ao longo do curso, entre outros, que versavam a respeito da temática investigada. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica.

Para organizar as informações obtidas, as reflexões e as análises construídas, este estudo foi dividido em dois capítulos. O primeiro trouxe considerações a respeito da constituição da habitação na ordem do capital, considerando a dificuldade de acesso à terra, agudizada pelo desenvolvimento do capitalismo. No segundo, fez-se uma breve contextualização do processo de urbanização no estado de Minas Gerais e na cidade de Ouro Preto, partindo da ideia de que as fragilidades existentes nos conjuntos habitacionais da cidade se encontram em seu passado histórico de riquezas, de imposições, de explorações e de desigualdades.

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA HABITAÇÃO NO CAPITALISMO

Quando o tema é “habitação”, percebe-se que são inúmeras as limitações a exemplo de quando se discute o enfrentamento dos problemas de uso e ocupações territoriais, pois os principais conceitos que legitimam tais situações não são levados em consideração no processo de elaboração das políticas habitacionais. Nesse capítulo, temos como objetivo refletir um conceito que está em pauta desde a escravidão, a “habitação”. Ele está organizado em dois subtópicos: no primeiro, faz-se uma contextualização da habitação considerando a perspectiva do capitalismo e, no segundo, argumenta-se acerca da constituição sócio-histórica do país e de como a política habitacional se constitui nesse percurso.

1.1 A habitação na ordem do capital

O espaço geográfico, um dos objetos de estudo da Geografia, em sua definição mais geral, pode ser compreendido como o lugar que sofre com a modificação resultante da ação humana e que está em constante transformação, sobretudo, tendo em vista o desenvolvimento acelerado da sociedade. Nesse contexto de mudanças, o surgimento da indústria abre caminho para um novo cenário fortemente relacionado às novas configurações do espaço, no processo a que denominamos de urbanização.

Nessa ótica, industrialização e urbanização se ligam na medida em que fomentam o crescimento de um espaço, o espaço urbano (ou, ainda, espaço geográfico), cujas características começaram a atrair sujeitos vindos do campo, não só pela ideia de oferta de trabalho vendida pela indústria, mas, principalmente, pelo dinamismo econômico por ela produzido. No entanto, em longo prazo, o avanço industrial desencadeou o processo de urbanização, trazendo à tona problemas de habitação e o aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, como a pobreza e a fome.

Em 1820, Engels discorre “Sobre a Questão da Moradia” na Europa. Com a industrialização exacerbada nas cidades concomitante ao êxodo rural da população, os espaços geográficos foram transformados para atender a ordem do capital. As soluções em torno das construções de casas eram insuficientes, pois, ao analisar o conceito de moradia sem considerar a sua pluralidade, transformou sua essência em apenas um teto, ignorando as relações de espaço físico e cultural:

Seduzir os trabalhadores com a utopia burguesa de que todos eles merecem “uma casinha” e “uma hortinha” para chamar de suas é uma maneira ardilosa

de prendê-los à terra, ao método antiquado da produção individual e do trabalho manual” e retroceder dos avanços da tecnologia e da ciência: a humanidade chegou longe demais para regredir (ENGELS, 2015, p. 9)

É importante considerar que o surgimento das cidades é anterior ao advento do capitalismo. Segundo Maricato (2015), especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo¹ colonial, industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos. Com isso, garantir os interesses econômicos em fortalecimento ao modo de produção capitalista, tem sido um dos principais objetivos para a manutenção do capital.

O livro “Sobre a questão da moradia”, de Engels, levanta questões que, ainda hoje, continuam a ser debatidas no Brasil, diante do fato de a população prosseguir sem o direito à moradia garantido pelo Estado. A dinâmica das cidades, totalmente excludentes, evidencia uma realidade em que famílias vivem, com grande quantidade de membros familiares, em uma única moradia. O autor também nos propõe uma reflexão afirmando que o problema habitacional acontece não pela falta de residências e, sim, pela distribuição irregular delas em torno do espaço urbano.

A classe trabalhadora, em sua maioria, não tem acesso a uma moradia digna em razão do próprio processo de acumulação capitalista de modo excludente de produção. Já na reprodução das relações sociais, a classe burguesa se apropria dos meios de produção e a força de trabalho por um valor irrisório, no qual ocorre a pauperização da classe trabalhadora que enfrenta grandes dificuldades no acesso aos direitos sociais. Segundo Netto (2006, p. 137), “desenvolvendo-se a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada”.

Paralelamente à sociedade capitalista nos centros urbanos e industriais, ocorreu aumento da riqueza social e, conseqüentemente, um enorme crescimento da pobreza. O fato é que se os valores dos salários miseráveis da exploração da força de trabalho acompanhassem pelo menos o mercado, haveria uma diminuição no déficit habitacional.

¹ Trata-se do estágio inicial do capitalismo, no qual o papel do grupo social dos comerciantes/mercadores foi decisivo-estágio por isso mesmo designado como capitalismo comercial (ou mercantil). Aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial (também chamado de “liberal” ou “clássico”) que perdurará até o último terço do século XIX. Nos fins do século XIX e nos primeiros anos do século XX, o grande capital – a partir daí geralmente conhecido como capital monopolista – firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas. (NETTO; BRAZ, 2006)

Haja vista, o desemprego surge como forma de dominar o mercado e o trabalhador em fases cíclicas do próprio capital.

Nessa conjuntura, o Brasil, atualmente, apresenta graves problemas sociais, principalmente, em torno da questão da moradia. Houve um aumento significativo de pessoas vivendo em moradias inadequadas e ou nas ruas, reverberando no déficit habitacional que, infelizmente, vem crescendo a cada ano. Segundo Engels (2015), identificar o inquilinato ao assalariado na exploração capitalista seria uma expressão falsa pela venda da força de trabalho do assalariado ao detentor dos meios de produção.

O peso desse preço pago pelo trabalho, que tradicionalmente é mantido muito abaixo do valor da força de trabalho, é que também puxa para baixo os salários dos trabalhadores dos centros urbanos e até das metrópoles, mantendo-os abaixo do valor da força de trabalho; essa tendência é reforçada porque, também nas cidades, a indústria doméstica mal remunerada tomou o lugar do antigo ofício manual e puxa os salários para baixo, mantendo-os abaixo do nível geral (ENGELS, 2015, p. 33).

Isso acontece pelo domínio das grandes indústrias que movimentam os mercados nacionais nos centros urbanos, pois oferecem salários baixíssimos, a nível de território nacional, com isso, aprisionam a classe trabalhadora a um determinado tipo de trabalho, dificultando o acesso de compra de um pedaço de terra ou, até mesmo, de uma casa. A modificação dos espaços físicos das cidades ao progresso das indústrias, concomitante ao processo de exploração da força de trabalho, transforma o ser social em um ser manipulado pelas máquinas, um total contraste entre a família e o trabalho².

Sabe-se que a formação social do Brasil articula ao período colonial na relação de produção mercantil, fator que corroborou com um sistema favorável ao capital e aos meios de produção existentes na contemporaneidade. Segundo Santos (1993), a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma

² (...) O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação de forma da matéria natural, o seu objetivo. (...) Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. (...) O processo de trabalho (...) é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, (...) comum a todas as suas formas sociais (NETTO, BRAZ, 2012, p. 43).

criação de riqueza, redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior.

Nessa visão, as características das ruas e as praças, principalmente no interior das cidades mineiras, apresentam uma expressiva característica de urbanização medieval, na maioria delas, ou seja, cidades orgânicas e ou cidades perfeitas onde o sujeito exerce sua função natural e pacata, sendo modelado e disciplinado. A dinâmica de produção social do espaço é também condição de reprodução ampliada das relações de produção capitalistas (CFESS, 2016).

Assim, verifica-se, no cenário do séc. XX, uma ampliação da rede urbana a partir da multiplicação de núcleos intermediários respondendo às necessidades das áreas de expansão rural, numa concepção econômica da região ao dimensionamento de trocas, exclusivamente mercantis, em que ela assume papel fundamental, como foco da sociabilidade do sistema capitalista.

No desenvolvimento capitalista de apropriação e expropriação das colônias, evidenciava a formação de Estado-nação. Dentro dessa ótica, o Estado é uma estrutura política e tem uma relação dialética entre a classe dominante pela apropriação do excedente que, além de controlar os meios de produção nos territórios e comunicação, controla o próprio Estado.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque o real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do funcionamento do território (SANTOS, 2008b, p. 139).

Para Santos (1993), a compreensão de território se apresenta como uma arena de movimentos entre o controle local de produção e reprodução do trabalho. E as relações sociais e da vida estão imbricadas nesse processo. Elpídio (2018, p. 263), afirma que “a categoria território tem relação com o trabalho, pois os espaços ocupados aos avanços do capital tanto os aspectos físicos quanto geográficos há um controle de poder e domínio”.

1.2 Formação sócio-histórica no Brasil e trajetória da política urbana

A implementação de políticas sociais no país ocorre em período muito posterior a alguns países de capitalismo central. Aqui, a “questão social” somente se coloca como tal, no início do século XX, com as primeiras lutas sociais, e é marcada pela distância entre os direitos definidos em leis e sua efetivação. Por tudo, pode-se dizer que o

desenvolvimento dos direitos sociais, das políticas sociais e das políticas públicas se organiza de forma incompleta³ se comparada aos modelos implantados nos países de capitalismo central.

Paralelamente, as políticas habitacionais no Brasil têm uma longa história, em parte imbricada com as demais políticas sociais, que foram sempre insuficientes para fazer frente à volumosa demanda e à elevada precariedade habitacional provocada pela intensa concentração de riqueza de um lado, e do outro, na precariedade da vida. Com o fim da escravidão no século XIX, no Brasil, milhares de negros permaneceram sem acesso a nenhuma maneira de sobrevivência, inclusive terra e moradia, o que corroborou para a migração em massa para as regiões periféricas. Tal processo também contribuiu para a dinâmica da urbanização brasileira. Ainda que se tratando de outra realidade, a reflexão de Engels, demonstra de certa forma a dinâmica que passamos a vivenciar.

Por um lado, as massas de trabalhadores rurais são atraídas de repente para as grandes cidades, que se transformam em centros industriais; por outro lado, a configuração arquitetônica dessas cidades mais antigas deixa de satisfazer às condições da nova grande indústria e do trânsito que lhe corresponde; ruas são alargadas e realinhadas, ferrovias instaladas no meio delas (ENGELS, 1820, p. 25).

O crescimento demográfico tornou as cidades cada vez mais populosas, aumentando ainda mais os problemas de habitação e desigualdade de acesso à terra. Nas entrelinhas da ideia de que as cidades oferecem diferentes relações econômicas, culturais e sociais, o famoso desejo de desenvolvimento e modernidade, escondem-se problemas historicamente construídos em relação às moradias. É assim que as desigualdades sociais vão se reproduzindo, sobretudo, a ausência do direito à moradia.

O capitalismo agudiza as desigualdades e evidencia problemas sociais e políticos que, por muito tempo, foram deixados totalmente de lado pelo Estado. Este buscou, e ainda continua buscando, desenvolver ações voltadas para a manutenção do capital, com isso, destaca-se inclusive a demanda pelas profissionais do Serviço Social⁴ na década de 1930, a partir da luta de classes, na busca pela assistência na área da política urbana. As atividades econômicas distribuídas de forma irregular e desigual em termos espaciais

³ Para maiores informações, consultar: SOUZA FILHO, R. Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da teoria marxista da dependência. Revista Conexões Geraes/ Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v. 3, n.5, Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

⁴ A inserção do Serviço Social no Brasil foi marcada por uma forte influência a Igreja Católica e terá seus primeiros objetivos político-sociais, sob a luz de posicionamentos de cunho humanistas conservador, contrários aos ideários liberal e marxista na recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja diante a “questão social”.

colocam a habitação como singularidade, como parte das expressões do que conhecemos como a “questão social”.

Sendo assim, o Estado passa a dar respostas a partir de políticas sociais. Segundo Netto (2009, p. 25), a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica de dentro e de forma contínua e sistemática, mas exatamente no capitalismo monopolista as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas. O Estado passa a cumprir um papel no processo de reprodução social manipulada pelo capital e articulando-se aos valores que a legitimam.

Com isso, na década de 1960-1970, diante da demanda relacionada à precariedade habitacional provocada pela intensa migração a área urbana das cidades, em decorrência da política de desenvolvimentismo, atrelado às más condições de vida da classe trabalhadora, advinda da socialização da pobreza, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) e demais políticas sociais. No caso de assistentes sociais, vale lembrar que “a profissional era chamada a participar na organização e acompanhamento de processos de remoção e reassentamento dessas famílias em grandes conjuntos habitacionais, construídos em áreas periféricas e segregadas da malha urbana” (CFESS, 2016, p. 34).

O plano de fundo de interesse do BNH era de alavancar a economia a partir da popularização do acesso à habitação. Com as alterações na legislação do inquilinato, deram vitalidade ao mercado imobiliário, que não era voltado e, nem mesmo, engloba a população de baixa renda. Em consequência disso, assistiu-se no Brasil à autoconstrução informal de moradias nas periferias das cidades ou em locais não utilizados pelo mercado formal de terras, como nas encostas de morros e áreas próximas a rios e lagoas, que deram origem às inúmeras favelas, hoje parte do desenho de muitas cidades brasileiras.

Uma das respostas ao surgimento das favelas foi a política de remoção, realizada principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nas mesmas décadas correlacionadas. Políticas como essas podem hoje ser contestadas, tendo em vista que o direito à moradia é reconhecido como direito fundamental e que seu conteúdo inclui, além de outros elementos, a segurança na posse e na localização da moradia.

Na regulamentação da política urbana, explicitada nos artigos 182 e 183 da CF, o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, materializa-se em importantes instrumentos urbanísticos e jurídicos, com vistas a garantir os princípios da função social da cidade e da propriedade urbana, incorporando embates e contradições que refletem a diversidade de interesses de segmentos da sociedade brasileira (CFESS, 2016, p. 17).

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade, bem como a Constituição de 1988, dão enfoque à diminuição das contradições observadas na sociedade e salvaguarda dos direitos, considerando a sociedade em sua diversidade. No entanto, com o neoliberalismo⁵, a efetividade das políticas sociais não se concretiza como deveria, já que o Estado não se preocupa em colocá-las em prática, repetindo o que historicamente é visto no país: a manutenção dos privilégios de uns em detrimento da exploração de outros. A consequência mais profunda e avassaladora dessa organização neoliberal é a continuidade da pobreza, da miséria, das diversas expressões da “questão social”.

A lógica do capital de acumulação e financeirização é que a partir da década de 1970, diferente da década de 1929, foi regulando-se as políticas principalmente aos países subdesenvolvidos onde alguns estavam sob o domínio de uma ditadura militar. “Países mergulhados na crise dos empréstimos (FMI), força de trabalho precário, mão de obra barata, e ainda, os trabalhadores eram qualificados para a inovação tecnológica para acelerar o trabalho ao mundo da globalização. Fatores que, conseqüentemente, tornaram os EUA controladores totalitários da expansão das mercadorias” (MAURIEL, 2009, p. 48).

Os ciclos de crise e de instabilidades da economia capitalista são conduzidos por movimentos (expansão e contração) em função de regular o mundo do trabalho e combater a pobreza, ou seja, subentende-se que são ações para controlar e desarticular não só todo o sistema, mas principalmente as políticas sociais adquiridas ao trabalhador, e aos que “não servem mais como força de trabalho”, são relegados dos programas de caráter punitivo.

Em resposta à crise dos anos 1970, emergiu o pensamento neoliberal que responsabilizava o Welfare States e seus altos custos sociais pela criação de entraves para o crescimento econômico. O neoliberalismo dominou o cenário da política econômica nos anos 1990, recomendando aos países em desenvolvimento que privatizassem suas estatais, abrissem sua economia ao mercado interno e permitissem maior troca de mercadorias e serviços. Todavia, esses olhares para outros territórios eram a procura de mão de obra barata para estruturar ainda mais a própria economia, sendo o Estado um aparato importantíssimo e muito atuante nesses mecanismos.

⁵ “Os neoliberais defendem uma programática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais. Sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 126).

Diante das crises mundiais coloca-se em discussão o papel do Estado na economia, um discurso de concepção de Estado mínimo nas questões relativas ao mercado. Entretanto, com grande número de falências e aumento de desemprego, provocados pela crise, a intervenção do Estado passou a se mostrar uma necessidade urgente e se colocar no papel de agente responsável pelas medidas de reversão. Assim, é reduzida a intervenção na área social e são tomadas medidas para favorecer a retomada do crescimento econômico, subsidiando grandes investimentos ao capital. Tais medidas eram para solucionar diversos problemas tanto de pobreza e desigualdade social. O Estado mínimo é na verdade forte e muito atuante, e as políticas sociais agora são para regular ou controlar indivíduos.

Vale ressaltar que, no Brasil, as políticas sociais buscaram conferir legitimidade desde a ditadura mesmo considerando a ausência de liberdades democráticas e, apesar de haver leis em alguns setores, a área social esteve marcada pela dualidade nos serviços prestados. Houve expansão de coberturas previdenciária para algumas categorias e a incorporação da LBA ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Já na década de 1980 houve conquistas democráticas em função das lutas sociais onde a Constituição Federal de 1988 assumiu o entendimento da seguridade social enquanto proteção social pública e estatal.

Em 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, criaram-se programas para tentar diminuir ou resolver a questão da moradia no país, mas as alianças do governo favoreciam ao clientelismo⁶, bem como não apresentavam desempenho quantitativo, principalmente devido ao compromisso escancarado com o neoliberalismo.

Já com a emergência dos anos 2000, surge a atuação dos governos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT), reconhecendo a necessidade de implementar novos programas de habitação social, prevendo subsídios àqueles cidadãos cuja renda não atingisse o valor equivalente a dois ou mais salários mínimos. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se insere com uma perspectiva de alavancar a economia brasileira e realizar o sonho da casa própria nas diversas classes sociais.

Além disso, o direito à moradia exige também políticas de provisão de moradias para a população de baixa renda, não atendida pelo mercado formal. Nesse passo, o

⁶ "O clientelismo pode ser definido como a implantação de medidas governamentais para satisfazer carências da classe assalariada, surge a fim de conter o apetite da classe capitalista em espoliar a força de trabalho, garantindo a reprodução simples ou normal do proletariado no patamar de civilização atingido. Por meio dos serviços estatais, reforçam-se os laços de subordinação política, em benefício, em última instância, dos valores da classe dominante, pois esses serviços pressupõem a relação com o discurso da representação do povo-nação, ou seja, apresentam-se como uma modalidade de concretizar a "vontade nacional-popular" (aspirações da burguesia)" (FARIAS 1975, p. 28).

Governo Federal, na atuação dos governos do PT, reconheceu a necessidade de implementar um programa de habitação social prevendo subsídios àqueles cidadãos que não constituem demanda solvável, cuja renda não atinge valor equivalente a três salários mínimos (Lei nº 11.124/05).

Assim, o PMCMV procura atender a uma classe que historicamente não acessou à habitação, criando subsídios e trazendo aportes maciços de investimento. O risco existente, porém, residia no velho embate entre os interesses econômicos privados e os interesses sociais, colocando em xeque a cobertura de toda a população no que tange ao direito à moradia. Pode-se afirmar, entretanto, que suscitou grande procura, não apenas pela formação de cadastros municipais, mas também pela assinatura de contratos de financiamento junto ao agente financeiro, a Caixa Econômica Federal, ainda que em ritmo inferior ao pretendido pelo governo que o criou.

Com o fim do projeto petista de conciliação de classes e o avanço da extrema direita no Brasil, tendo como resultado a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, as perdas de direitos sociais e precarização que já ameaçavam a classe trabalhadora, se consolidam. Esse contexto atinge também os assistentes sociais que, caso não tenham construído, no decorrer da formação e do próprio exercer da profissão, uma visão de totalidade embasada e muito bem fundamentada na teoria social crítica e no método materialista histórico-dialético, tenderão a reproduzir em suas falas e ações a lógica dominante.

Ao se deparar com tantos empecilhos causados pela própria sociabilidade burguesa, que acarretam limitações para o exercício profissional, é possível sucumbir ao simples cumprimento de normas e burocracias das instituições e das políticas sociais, adotar uma postura de “apagador de incêndio”, isto é, que se baseia em práticas imediatistas que, isoladas, não contribuem para a formação do pensamento crítico da classe trabalhadora e, tampouco, para a construção de um novo tipo de sociabilidade.

É importante considerar que o que se entende por espaço é muito mais do que aquilo que conseguimos alcançar com os nossos olhos. Na compreensão da formação social, entendemo-nos como um lugar que se “articula, concomitantemente, as dimensões material e simbólica das relações sociais” (CFESS, 2016, p. 11). A dicotomia urbano e rural é reorganizada na medida em que esses espaços se tornam ainda mais dependentes um do outro, ainda que o urbano venha se impondo sobre o campo. É como se o campo estivesse se tornado apenas uma extensão das cidades.

A relação entre mercado imobiliário e crescimento das cidades exhibe a ausência do Estado neoliberal frente à organização do espaço, “porque o empreendedorismo urbano, a financeirização da terra, a especulação imobiliária, as omissões do Estado na

regulação do mercado de terras definem as formas de uso e ocupação do espaço, em disputa pelas classes sociais” (CFESS, 2016, p. 12).

O crescimento demográfico tornará as cidades cada vez mais populosas, aumentando ainda mais os problemas de habitação e a desigualdade de acesso à terra. Nas entrelinhas da ideia de as cidades oferecerem diferentes relações econômicas, culturais e sociais, o famoso desejo de desenvolvimento e modernidade; escondem-se problemas historicamente construídos em relação às moradias. É assim que as desigualdades sociais vão se reproduzindo, sobretudo a ausência do direito à moradia.

Entende-se também que, para ter acesso à moradia, é preciso ter um salário mínimo para construir em um local com condições favoráveis. No entanto, a condição de pobreza e exclusão da população de baixa renda torna cada vez mais impossível a realização da casa própria, mantendo-a como um sonho distante de ser alcançado. O salário mínimo do Brasil é um dos mais baixos do mundo.

Tendo em vista que a má distribuição de renda gera desigualdades sociais e refere-se ao estágio em que a subordinação e a dependência serão cada vez mais atreladas à intervenção do Estado na produção de moradias, os traços que desenham o perfil da sociedade brasileira são definidos, historicamente, por uma estrutura fundiária que privilegia a concentração de terra, de renda e de riqueza, em um processo que teve seu principal marco histórico na Lei de Terra de 1850, o qual instituiu a propriedade fundiária no país.

Esse processo se intensifica a partir de meados da década de 1960, com o projeto de desenvolvimento do governo militar, no incentivo à monocultura e à grande produção agrícola capitalista, e na expulsão sistemática dos/as trabalhadores/as do campo, fortalecendo os mecanismos de modernização de base técnica da agricultura, com vistas a liberar força de trabalho e garantir a cesta de alimentos para a população urbana (CFESS, 2016, p. 15).

As discrepâncias sociais presentes no espaço urbano se fundam no capitalismo. Por isso, a elaboração das políticas urbanas representa a garantia do direito não só à cidade, mas também a outros direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Sinalizando o desenvolvimento da democracia e a expansão das políticas sociais⁷ no país, em destaque a política de seguridade social, forma-se o tripé: Assistência Social, Saúde e Previdência Social. Em contrapartida, as políticas de habitação se mostravam marginalizadas mesmo diante de um cenário de urbanização do país.

⁷ “As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento- em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Com o surgimento das novas expressões da “questão social”, ocasionadas pela implementação do modelo econômico neoliberal na década de 1990 no país, houve a necessidade de criar programas voltados para o desenvolvimento social. E então, a atuação do Assistente Social, dentro desses espaços, foi fundamental para promover acesso aos direitos sociais e constitucionais dos cidadãos.

Nesses novos tempos de globalização ou de mundialização do capital, há comprometimento das condições de reprodução social das populações urbanas – o predomínio do desemprego e do subemprego, as limitações alimentares, o déficit habitacional e as péssimas condições de moradia – tornando a questão da moradia um dos graves problemas socioespaciais nas cidades. Assim, as transformações da estrutura econômica acarretadas pelo desenvolvimento provocam rápida urbanização e forte concentração urbana.

Segundo Maricato (2003), reconhece-se então que a ocupação de maneira ilegal ocorre por falta de opção da população em situação de exploração, opressão e expropriação. E as leis determinadas pelos planos urbanísticos alcançam uma minoria da população, enquanto a maioria vive na ilegalidade, ou seja, a massa da classe trabalhadora e ou desempregados, independentes do trabalho, ocupam áreas periféricas longe das oportunidades da cidade.

Atualmente, observa-se que esse cenário é determinado pela lógica capitalista que se soma a determinantes centrais da nossa formação social, como o patriarcalismo e clientelismo, cuja tradição é autoritária. Percebe-se que há um esforço nas lutas sociais em dissolver essa ideia e trazer novas perspectivas, principalmente, a classe trabalhadora que mais sofre com as imposições do capital. Entende-se que as políticas habitacionais têm uma longa história no país e é impossível compreender o surgimento, o desenvolvimento e a expansão/retração de uma política social ou de todas as políticas sociais, se não nos situarmos no contexto do surgimento/desenvolvimento do capitalismo.

O surgimento do Serviço Social como profissão atrelada ao modo de produção capitalista em seu estágio monopólico, coloca a profissão e seu objeto de trabalho, a “questão social”, como inerente à produção e reprodução desta sociabilidade calcada na lei geral de acumulação do capital. A sociedade capitalista se caracteriza pelos fenômenos da industrialização, evolução tecnológica e pelo processo acelerado de urbanização, divisão social e técnica do trabalho, propriedade privada, com todas as suas profundas sequelas, como a “questão social”.

Oliveira (1993), em seu texto “A questão regional: a hegemonia inacabada”, inicia-o falando da fratura da Questão Regional no séc. XIX, no qual houve um separatismo sob

domínio da hegemonia de São Paulo. Por conseguinte, com as forças sociais e políticas surgiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região, o último grande esforço e momento de sua importância nacional prosseguiu num êxito administrativo que, ironicamente, iria marcar mais fundo seu fracasso político.

Contudo, notamos que, em dado momento do texto, o autor analisa o processo de celebração regional do capital em algumas regiões do país, como a hegemonia de São Paulo, que gera uma miséria compartilhada no Nordeste, causando grande número de migrantes vindos dessa região do país para os grandes centros urbanos, especialmente para São Paulo. Daí a importância das políticas sociais, em conjunto com a luta mais ampla por uma nova sociabilidade, que deem respostas às questões de habitação, do trabalho, da reforma agrária e do desemprego estrutural.

Segundo Abreu (2016), a assistência social e a habitação são as políticas públicas com maiores déficits do Estado em relação aos investimentos e à cobertura no país. Elas têm como público-alvo somente os mais pobres. Isso ocorre num contexto em que a extrema pobreza virou nicho de mercado, pois consomem individualmente pouco, mas coletivamente muito. Não são mais apenas descartados como exército de reserva para pressionar a massa inserida no mercado formal de trabalho. São consumidores essenciais para a realização do capital atualmente.

Os programas de transferência de renda, que tiveram seu ápice durante os governos petistas, têm por objetivo incentivar o consumo da classe trabalhadora. Para realizar a ampliação e dinamização da economia é necessária potencialização econômica dos territórios (regiões), criando novos fluxos para a valorização do capital (ABREU, 2016).

Em se tratando do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observa-se que ele se apropria do território como instrumento para a implantação de sua política. O processo de territorialização do SUAS, o qual se propõe a ser descentralizado e participativo, tem por objetivo “consolidar uma cobertura mais ampla territorialmente da assistência social como estratégia de promover ‘proteção social’” (ABREU, 2016, p. 160) para aqueles que dela necessitam, considerando as *desigualdades socio territoriais* - focando nas regiões com maior presença de famílias em vulnerabilidade social; e realizando-se de forma integrada às demais políticas setoriais (educação, saúde, desenvolvimento da cidade, etc.). Com a contradição entre focalização e o alcance limitado da assistência, define-se a direção da concepção de território subjacente ao SUAS, em especial diante do agravamento das expressões “da questão social”.

O movimento em questão repõe em discussão (...) a funcionalidade da categoria *território* nas políticas sociais. Ou seja, como estratégia na formação do consenso em torno da solidificação da proposta social-liberal que incorpora sistematicamente as orientações dos organismos internacionais de alívio à pobreza e redução de conflitos. Desse modo, garante a estabilidade das atividades de intensificação da exploração da força de trabalho e expropriação dos territórios em escala global. Para isso, reforça os espaços locais em suas necessidades, potencialidades e envolvimento dos sujeitos em nome do bem-estar (ABREU, 2016, p. 178).

Logo, o crescimento das cidades traz, de um lado, a exploração exacerbada da força de trabalho que, como consequência, impede os indivíduos de terem acesso aos direitos elementares, já que agudiza as desigualdades; e, de outro, torna o espaço rural cada vez mais subordinado aos serviços que o meio urbano oferece.

CAPÍTULO 2: REFLEXÃO SOBRE A HABITAÇÃO NA CIDADE HISTÓRICA DE OURO PRETO

“É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos, mais humanos, mais justos, mais solidários” (Marilda Yamamoto).

A cidade de Ouro Preto-MG, Patrimônio Cultural da Humanidade⁸, é conhecida pelas suas histórias, ladeiras, arquitetura barroca, dentre outras particularidades. Ela originou-se no final do séc. XVII, pela intensa atividade mineradora e está localizada em terreno extremamente montanhoso e acidentado. A economia da região é principalmente da extração de minério de ferro e turismo. A cidade de Ouro Preto⁹ está localizada na região sudeste do Brasil, a 100 Km da capital Belo Horizonte. A estimativa populacional, em 2021, segundo dados do IBGE, era de 74.824 pessoas.

Segundo Ângela Xavier (2007, p. 38), “os primeiros núcleos de povoamento aurífero de Ouro Preto, se formaram na Serra de Ouro Preto, onde hoje se encontram os bairros: Morro da Queimada, Morro de Santana, Morro de São Sebastião, Morro de São João, Morro da Piedade, Taquaral, Padre Faria e Antônio Dias; pela intensa atividade mineradora das Serras”.

A cidade foi encontrada em 1711 pelas expedições que se embrenharam na mata, vindas da Bahia, sede do então vice-reino de Portugal, pelo rio São Francisco e, mais tarde, da Capitania de São Vicente – São Paulo, em busca do tão sonhado Eldorado no Sabarabuçu (montanha resplandecente de ouro), como era apontado pelos Tupis no litoral brasileiro.

As expedições se multiplicavam a cada dia, mas como problema traziam, além da fome, do frio e da caminhada fatigante, as doenças pelas picadas de mosquitos, animais selvagens de todas as espécies, em cores e tamanhos diferentes, indígenas resistindo com arcos e flechas à invasão em seu território. O Sertão dos Cataguases era uma enorme selva antes da chegada do homem branco. Logo, a região ficou conhecida como Minas Gerais e seus únicos habitantes eram os povos que deram nomes aos locais que hoje conhecemos como Itacolomy, Caxixó, Araxá, Corocoxó, Bororó, Maxacali, dentre outros.

Em 24 de junho de 1698, o ouro foi encontrado pela expedição do bandeirante Antônio Dias, o qual estava à procura da pedra Ita Curumim ou Itacolomy, marco que

⁸ Declarada Monumento Nacional em 1933 e tombada pelo IPHAN em 1938 por seu conjunto arquitetônico e urbanístico, e declarada pela UNESCO como Patrimônio Mundial em 05 de setembro 1980.

⁹ O município é composto pelos distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura (Casa Branca), Lavras Novas, Miguel Burnier, Mota, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio da Leite, Santo Antônio do Salto, São Bartolomeu.

identifica a localização exata de uma pedra de cor negra, semelhante a um grão de café torrado, que dentro havia o ouro mais fino e puro já encontrado no Brasil. A partir daí se inicia uma frenética corrida em busca do ouro.

Os espaços geográficos da região aos poucos foram tomando formas de dominação do povoamento. A cidade foi povoada por africanos escravizados, brancos, mulatos, indígenas e diversos outros povos que vinham em busca do ouro. Nesse sentido, tendo em mente tais particularidades, este capítulo foi dividido em quatro partes: na primeira, fez-se uma breve contextualização considerando as características sociais e históricas que, ao longo do tempo, moldaram, e continuam moldando, a cidade de Ouro Preto; na segunda, construiu-se uma argumentação em torno do fato de a cidade, embora apresente o título de patrimônio da humanidade, tem uma população que convive com diversos problemas que impedem a garantia de direitos fundamentais, a exemplo da precariedade das habitações e ausência de saneamento básico; no terceiro subtítulo buscou-se situar o “risco” geológico que a cidade enfrenta, já que a maioria das construções encontra-se em morros e encostas, com grande ameaça de deslizamentos, sobretudo, em épocas nas quais o volume de chuvas é alto; e, por fim, no quarto tópico, faz-se uma breve apresentação do fazer profissional do assistente social, voltado para a política de habitação.

2.1 Elementos da constituição sócio-histórica da cidade de Ouro Preto

No período marcado pelo surgimento da modernidade no Brasil, a arquitetura e o urbanismo foram influenciados pelos portugueses e vários outros grupos étnicos que aqui chegaram, constituindo um verdadeiro sincretismo cultural, adaptando-se às condições materiais e ambientais de cada localidade.

É o que se percebe nos traçados das ruas e nas praças das cidades mineiras: uma expressiva característica de urbanização medieval na maioria delas, ou seja, cidades orgânicas e ou cidade perfeita onde o sujeito exerce sua função natural e pacata, sendo modelado e disciplinado. As narrativas em torno da construção do espaço e limites geográficos do povoamento das Minas setecentistas serviram de delimitação espacial, no período de crescimento aurífero no espaço urbano, pois abordam a constante análise política, econômica e social de cada região.

No séc. XIX, verifica-se uma ampliação da rede urbana a partir da multiplicação de núcleos intermediários respondendo às necessidades das áreas de expansão rural, numa concepção econômica da região ao dimensionamento de trocas, exclusivamente mercantis, em que assume papel fundamental, como foco da sociabilidade do sistema

capitalista. Nas construções dos traçados e ou ruas das Vilas, a Coroa portuguesa em “cartas régias”, nomeava súditos e lhes dava total autonomia, sem estabelecer um padrão ou leis rígidas e específicas para as fundações das Vilas.

Genuidade como expressão espontânea e sincera de todo o sistema de vida, e que tanta falta faz a cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez. Está dado o “processus” mesmo de sua criação, há de ser, necessariamente, produto de uma ideia preconcebida com que o projetista pretende, não raro artificialmente ordenar, disciplinar, modelar a vida que nela vai ter lugar (SANTOS; FERREIRA, 1968, p. 6).

Pelos traçados nos espaços urbanos, típico de um jogo de xadrez, destaca-se na concepção do autor, dentre outros aspectos, a topografia da região sendo muito acidentada para uma construção mais retilínea. Nesse sentido, o formato do território colonial contribuiu para que houvesse um acesso maior aos centros urbanos-comerciais e as fronteiras.

No processo de povoamento, a ocupação de Minas Gerais se deu muito mais pela iniciativa das expedições particulares (bandeirantes, tropeiros, roceiros) do que por uma política de colonização da Coroa Portuguesa. Além das muitas expedições vindas de toda parte do Brasil e do mundo em busca do ouro.

O Estado por sua vez não demorou em tomar as rédeas da situação, pois, para promover a elevação dos arraiais em “vila” ou “cidade”, tinha que recorrer a metrópole que visava grande interesse nos poderes locais, porque tinham que exercer com dinamismo nas relações externas (Estado, Governadores) para melhorias e desenvolvimento dos povoados.

A cada carregamento de escravos vindos da África que chegavam no litoral em conjunto ao carregamento da madeira pau-brasil para a Europa, os espaços enfatizavam um núcleo de poder, pois o desenvolvimento capitalista se tornava mais visível nesses territórios por meio das relações sociais.

A construção de cidades sempre foi um instrumento importantíssimo da dominação (...). Mesmo que, nos primeiros tempos, os arraiais tenham sido semeados ao léu acompanhando os trabalhos de mineração é importante ressaltar que, (...) o Estado tomou as rédeas do processo. Isso não fez com que as cidades mineiras fossem melhor ordenadas” (SOUZA, 2001, p. 103).

Muito pelo contrário, o sentimento de patriarcalismo ainda era muito predominante na vida urbana de Minas. No pedido de elevação à Vila, o Arquivo Ultramarino de Lisboa e os arquivos mineiros traziam relatos dos colonos sobre os serviços prestados à condição de Vila, dificuldade de acesso à justiça, sempre associada ao tamanho do território, à

localização da sede principal, à comodidade e a salubridade do sítio urbano, à necessidade da realza nas obras públicas (pontes, calçadas, chafariz). Ocasão que denota compreender o papel das sedes dos conselhos e identificação das definições do “urbano” e “cidade” que estão implícitas nos domínios de Portugal no Antigo Regime.

As vilas mineiras foram, por muito tempo, reunião de pequenos arraiais situados nos vales. Vila Rica foi formada a partir dos arraiais de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Padre Faria e Antônio Dias, situados em três vales contíguos do fundo dos quais começaram a subir pelas encostas dos morros. Pode-se imaginar como eram rústicas essas vilas, com o aspecto alongado de caminhos que as casas de barro e de pau-a-pique custeavam (SOUZA, 1982, p. 105).

O convívio dessas populações nesses espaços urbanos se dava por muita proximidade, o que acarretou conflitos entre as partes. Para impor a dominação e o poder real, foram instauradas cobranças de impostos e medidas punitivas para os que eram contrários à coroa. Títulos de posse aos desbravadores nos achados das minas eram pagos somente a quinta parte para a Coroa. Consequentemente, as expedições se multiplicam para o sertão das Gerais. Se no início as primeiras expedições se embrenharam na mata à procura do Sabarabuçu e constituir colônias, agora a corrida era pela riqueza do mais fino quilate, o mais desejado no mundo, o ouro.

Segundo Ângela Xavier (2021, p. 34), “as expedições eram organizadas por um líder, compostas de homens armados, carregadores, guias indígenas, negros, um padre com oratório para celebrar missas, ministrar sacramentos e, em caso de morte, dar extrema-unção”.

Não havia um mapa para orientar o espaço geográfico da região e ou território. Além dos guias indígenas, as expedições se orientavam pelas estrelas e narrativas dos homens que ali passavam. Foi nesse contexto de desbravadores do sertão que Antônio Dias e padre João Farias enfrentaram todo tipo de sorte para chegar no pico, apontado pelos Tupis, como “pedra menino” ou “pedra mãe”.

Embora muitos homens tivessem ficado pelo caminho, a expedição continuou percorrendo e vasculhando, por vários dias, o território mineiro para encontrar o tal pico. A expedição de Antônio Dias chegou pela Serra de Ouro Preto, avistando a tal pedra, o pico do Itacolomy, marco principal do território que, futuramente, viria a ser Vila Rica do Ouro Preto. Era o dia 24 de junho de 1698.

Os primeiros núcleos de povoamento, segundo Ângela Xavier (2021), se formaram na Serra do Ouro Preto, onde hoje se encontram os bairros: Morro da Queimada, Morro de Santana, Morro de São Sebastião, Morro de São João, Morro da Piedade, Taquaral,

Padre Faria e Antônio Dias pela intensa atividade mineradora da Serra Resplandecente de Ouro.

Com a descoberta do ouro em Minas, muitas pessoas de diversas camadas sociais e muitos credos vinham de toda parte em busca de enriquecimento com a exploração das minas de ouro. Porém, as pessoas vinham, se enriqueciam e logo iam embora.

A preocupação centrava-se na procura do metal nobre. Assim, nada se plantava, não havia diligência com o abastecimento das colônias, por isso as poucas mercadorias à venda no comércio se encontravam a preços altíssimos, pagos somente em ouro. Em pouco tempo, muitas pessoas foram morrendo de fome com as “mãos cheias de ouro”. Com o aumento da população e movimentação comercial nesses territórios, o pensamento de uma nova administração ao novo mundo irá desencadear conflitos entre grupos pela posse da terra rica em ouro e controle de abastecimento, de 1707 a 1709. Segundo Holanda (1982, p. 271), “os paulistas enviaram cartas ao rei dizendo que as datas fossem distribuídas somente entre os paulistas por dedicação nas descobertas do ouro”.

Nessa cobiça dos paulistas em obter administração total do arraial, foram ocasionados muitos conflitos e tensões entre os emboabas que estavam mobilizando-se para a construção de um “Novo Eldorado”. Conforme os registros históricos, os paulistas são derrotados e expulsos da região, buscando minas de ouro em outras regiões do Brasil, como em Mato Grosso e Goiás.

Com isso, a Coroa extingue a Capitania de São Vicente e, em 1709, separa a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, repassando a administração da Vila Rica para jurisdição do governador do Rio de Janeiro como forma de legitimar sua autonomia naqueles sertões da Coroa Portuguesa, para criar novas estruturas administrativo-políticas mais rigorosas. Muitos historiadores dizem que esse conflito pode ser considerado a “primeira expressão de um sentimento nacional brasileiro”.

Com a elevação dos arraiais à condição de Vila, como aconteceu com a Vila Rica do Ouro Preto, em 1712, pelo rei D. João V, revela-se a intenção de fiscalizar e demarcar todo território da Capitania, instalando funcionários do próprio governo, impondo ordem e justiça principalmente na cobrança de tributos. Mais tarde, a designação “Ouro Preto” foi estabelecida devido ao primeiro ouro encontrado na região de cor bastante escura adquirindo cor usual após sua fundição.

Naquele momento, o território já evidenciava a natureza econômica e política do espaço como um desenvolvimento capitalista de apropriação e de expropriação das colônias, na formação de Estado-nação. Assim:

Desde a formação, o Estado Nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (em que se insere Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária (MAZZEO, 2015, p. 83).

Nesse sentido, Mazzeo acredita que a postura das elites brasileiras manipuladoras de ideias liberais na formação de um Estado Nacional é um aspecto que se configura pela anatomia social brasileira. Assim, “o movimento de formação social e de ocupação dos espaços nasce a partir da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, ao avaliar os problemas e questões do mundo moderno na conformação do espaço” (SANTOS, 2008a, p. 263).

Paralelamente, a compreensão de território se apresenta como uma arena de movimentos entre o controle local de produção e reprodução do trabalho e as relações sociais e da vida estão imbricadas nesse processo. Fatores que ocasionaram grandes conflitos e tensões sociais em Vila Rica.

Liderados por Felipe dos Santos, os revoltosos partiram para Ribeirão do Carmo a fim de exigir do então governador da Capitania, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, a extinção das Casas de Fundição, dentre outras reivindicações. A “Revolta de Felipe dos Santos” terminaria com sua condenação ao enforcamento e à prisão do emboaba Pascoal da Silva Guimarães, que assistiu da prisão o incêndio em suas lavras no Morro, logo, constituída em Morro da Queimada.

Com a exploração do ouro na Vila Rica, os traçados das ruas em contraste às casas eram de muita beleza e luxo. Os homens brancos administravam as minas e a Colônia, enquanto os negros eram escravizados, sendo obrigados a trabalhar nas minas de ouro e a abrigar-se em senzalas.

Entre as décadas de 1720 e 1730, período que corresponde ao início do declínio da extração do ouro de aluvião, “possuía a Capitania [...] cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes dos quais, aproximadamente cem mil brancos, cinquenta mil escravos africanos e cem mil pardos ou mestiços” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40).

2.2 É Patrimônio da Humanidade, mas é do povo?

Pode-se observar, nos dias atuais, a falta de estrutura e de saneamento básico nos bairros que antes foram as primeiras vilas de ouro em Ouro Preto. Pelo crescimento desordenado e sem planejamento da cidade, esses locais se tornaram um verdadeiro labirinto para os habitantes na cena contemporânea.

Hoje, os primeiros núcleos de povoamento da cidade se encontram descaracterizados pelo crescimento desordenado e sem planejamento da cidade, mas mostram ainda os vestígios dos antigos arraiais nos muros de pedra canga, nas bases de algumas casas, nos restos de mundéus aqui e ali, nas milhares de minas que surgem nos quintais das casas e seguem por caminhos desconhecidos. Destaque para o Morro da Queimada, que foi tombado como sítio arqueológico e guarda vestígios de um dos primeiros núcleos que se formaram ao redor das minas de ouro (XAVIER, 2021, p. 38).

Sem o planejamento adequado, as construções de casas nos bairros se dão entre os sarilhos e solo cambissolo que se desenvolve em extensões de relevo acidentado, tornando-o propício à erosão. O problema se torna maior quando em períodos de chuvas constantes essa erosão resolve ceder ocasionando tanto perdas materiais quanto humanas.

As ocupações nesses espaços se intensificaram ao longo dos anos. Com o crescimento desordenado e a ausência de políticas sérias de habitação, a população vive o caos durante e após o período chuvoso, como o ocorrido no início do ano de 2022, no bairro Taquaral em Ouro Preto¹⁰.

Segundo Dutra (2021, p. 30), “desastres são considerados fenômenos sociais e têm origem na estrutura social”. Isso implica dizer que, com planejamento, muitos desastres podem ser evitados e que eles são resultado da omissão diante de situações que apresentam riscos claros à vida.

Para Valêncio (2012), apesar de esses eventos envolverem uma crise aguda, ou seja, uma emergência não se restringe a um momento específico. Uma relação entre a comunidade e o poder público vinculada a ações paliativas em cenários de riscos a novos desastres, moldam a construção desses cenários de catástrofes.

O solo é rochoso típico de rincão, escorregadio, e muito encharcado. Possui ainda inúmeros sarilhos, mais conhecidos como buracos de sari, onde eram extraídos o ouro. Algumas moradias, ainda hoje, encontram minas sob suas casas¹¹, algo que causa um risco iminente à integridade física das famílias ouro-pretanas.

O município de Ouro Preto possui hoje uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) já consolidada e com atuação reconhecida pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), em função da agilidade nas respostas frente aos riscos geotécnicos da região. Após a vistoria nas construções, é realizada a emissão de laudos técnicos (descritivo e fotográfico) e encaminhado ao Setor de Habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto para averiguação dos fatos cabíveis de

¹⁰ Para maiores informações, consultar o documento completo que está disponível em: <https://g1.globo.com>.

¹¹ A mina centenária que explorava ouro foi encontrada no bairro Treze de Maio, em Ouro Preto. A descoberta foi feita graças a uma cratera que se abriu no piso, provocada pelas chuvas que atingiram a cidade desde o fim do ano passado. Disponível em: (<https://g1.globo.com/2022/02/14>). Acesso em: 20 nov. 2022.

remoção das famílias. Atualmente, em comparação com o período de exploração do ouro, observa-se que a ocupação dos morros se intensificou, evidenciando uma realidade de ausência de direitos, violação dos direitos humanos, exploração e opressão. Ainda que o município conte com programas de assistência às famílias, eles não dão conta de resolver o problema com a habitação na cidade.

O Auxílio Moradia é um Programa municipal destinado a apoiar essas famílias, enquanto estiverem dentro dos critérios citados na Lei Municipal, com as despesas da moradia, caso tenham sido removidas de suas residências involuntariamente por um laudo técnico, previamente, elaborado pela Defesa Civil; o que acontece, geralmente, em contextos de chuvas, de intervenções urbanas, ambientais e ou em situação de rua.

Além da questão habitacional, a cidade convive um número crescente de pessoas em situação de rua, justificado pelo aumento de usuários nessa situação, pela especulação imobiliária na região e ao contingente de desabrigados pelas chuvas na cidade, atrelando o fenômeno à crise sanitária de nível mundial causada pelo vírus da covid-19. Também é válido destacar, nesse ponto, que o município não possui serviços de albergues temporários. Conseqüentemente, as vias públicas viraram, de forma recorrente, moradias desses indivíduos.

A Lei Nacional e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS / Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 preveem que famílias de vulnerabilidade sejam amparadas e acolhidas. Dentre os artigos presentes na lei, a Art.2º prescreve que “a Assistência social tem por objetivos: inciso I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice...”. Em conjunto a lei do próprio município de Ouro Preto Lei 264/2006 e ao Decreto Municipal 2.775/ 2011, constatam-se como de suma importância o auxílio moradia, desde que obedecidos os critérios para a sua concessão.

Apesar das legislações em âmbito federal e municipal, a população que vive em regiões de risco continua a crescer. Assim, entra governo e sai governo, as promessas são as mesmas. A priorização da questão da moradia dessas famílias acaba sendo deixada de lado. O que se faz, em grande parte dos contextos, é se utilizar de ações de manobra, com intervenções menos eficazes para essa população, usando o termo “beneficiário” para referir-se àquelas famílias removidas das áreas de risco, dando a entender que irão garantir a segurança delas.

A Política de Habitação no município vem para dar uma resposta às expressões da “questão social”, ou seja, “garantir” uma moradia digna às famílias de baixa renda existentes na cidade. No entanto, está intrinsecamente ligada às raízes do capitalismo na estrutura vigente.

Por isso, foi de suma importância o Programa Habitacional do Município, denominado de “Um Teto é Tudo”¹², implantado desde o ano de 2005, tem sido uma ferramenta no âmbito social e, por conseguinte, recebe um aperfeiçoamento a cada momento. Em 2022, sob nova direção no âmbito da própria prefeitura, essa ação soma-se ao acolhimento às famílias removidas de áreas ou situações de risco, numa ação conjunta com a Comissão de Defesa Civil do município (COMDEC). Este projeto de Apoio Emergencial - o Auxílio Moradia, já fazia parte de ações em que o município atuava ao Programa de Habitação Social, sob três ações: o auxílio moradia, a requalificação de residências e o Programa de Urbanização, Regulamentação e Integração de Assentamentos Precários. O atendimento era prioritário às famílias:

I- Família removida em decorrência da execução de obra pública; II família que, vítima de calamidade, tenha sido removida de área sem condições de retorno, comprovadas por laudo técnico do órgão municipal competente; III – família que resida em habitação precária, situada em área de risco, em ocupação clandestina ou irregular; IV – família sem casa, que habite ruas, pontes e viaduto no Município (BRASIL, 2006).

Para essas famílias, o assentamento era imediato em imóveis em condições habitáveis, respeitando as seguintes diretrizes:

I- possuir renda familiar de até 03 (três salários mínimos); II- não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro, no município ou municípios limítrofes; III- renunciar expressamente ao direito de pleitear judicial ou administrativamente, eventual indenização pertinente a realização de benfeitorias na área públicas a ser desocupada, conforme legislação em vigor; IV- não ter sido beneficiado anteriormente por este ou outro programa; V- ser ocupante da área pública pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses; V- ser proprietário da benfeitoria; e VII – estar dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Municipal de Habitação (BRASIL, 2006).

¹² O programa “Um Teto é Tudo”, criado em 2005 para atuar na regularização fundiária, reforma e construção de moradias das famílias que vivem em localidades urbanas e rurais, foi reformulado e está agora centralizado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que passa a ser responsável por toda a política habitacional de Ouro Preto. Isso envolve ações como apoio emergencial à moradia (Auxílio Moradia), assistência técnica pública e gratuita para regularização, construção ou melhorias de moradias (Arquitetura Pública), melhorias e reformas de moradias, construção e alienação onerosa ou gratuita de habitação de interesse social e lotes urbanizados, além da regularização fundiária urbana de interesse social. O programa deverá atender famílias em situação de vulnerabilidade social que recebem menos de três salários-mínimos por mês ou até um salário-mínimo por membro familiar. Os recursos são provenientes da Caixa Econômica Federal, que já estavam disponibilizados, mas não foram utilizados nas gestões anteriores. Outros recursos poderão ser captados, dentre estes, verbas indenizatórias decorrentes dos desastres das mineradoras. Na cerimônia, foi anunciada a construção de 59 casas no Residencial Vila Alegre, no distrito de Cachoeira do Campo, e outras 21 casas no Residencial Dom Luciano, no distrito de Antônio Pereira. Fonte: DIÁRIO DE OURO PRETO, 2022. Disponível em: <https://www.diariodeouropreto.com.br/nova-politica-habitacional-em-ouro-preto-promete-enfrentar-problemas-das-areas-de-risco-e-falta-de-moradia/?amp=1>. Acesso em: 27 out. 2022.

No entanto, em 2017, foi efetuada a alteração na redação e no número da Lei. Assim, passou-se a valer a Lei nº 1076/2017, o que, conseqüentemente, restringiu ainda mais as famílias de serem contempladas com o Auxílio Moradia. A partir daí, essas famílias deveriam possuir renda familiar per capita inferior a 1/3 do salário mínimo e serem residentes no município por pelo menos cinco anos. O valor mensal a ser pago ao locatário era de R\$500,00.

Além disso, destaca-se a mudança do Inciso III do Artigo 1º, a qual altera as condições de participação do programa para a seguinte forma: “III - família que resida em habitação precária, situada em área de risco, com laudo da Defesa Civil e que não seja proveniente de ocupação irregular (invasão)” (OURO PRETO, 2017).

Em julho de 2019, um novo Decreto é regulamentado sob o nº 5.423, no qual fica acordado que a atuação do município será apenas como intermediário no contrato do aluguel, em forma indireta, sendo o próprio titular do benefício responsável por encontrar o imóvel, fazer a negociação de valores e contratar. Esse contrato terá a duração de seis meses, podendo ser renovado ou não a depender da renda da família no momento da renovação. No que tange à questão habitacional, conforme estamos destacando desde o começo do trabalho, é preciso que haja uma política pública habitacional bem estruturada, estatal, universal, que possa abranger todos que necessitam de moradia, pois essa é uma luta que se arrasta desde a colonização do país. No cotidiano dos trabalhadores, a busca pela salvaguarda desse direito é constante.

O processo de urbanização acelerado mudou o cenário urbano na passagem do séc. XIX e início do séc. XX, no Brasil, devido à intensa migração interna somada à presença de imigrantes vindos de toda parte. Com o desenvolvimento industrial também acelerado nas cidades, todas as transformações tanto na infraestrutura quanto no acesso à cidade são comumente ligadas ao capitalismo mundial em que, conseqüentemente, se elevam as taxas dos mercados imobiliários centrais, conjuntamente aos preços de terras; devendo as classes subalternas se alojarem em áreas menos valorizadas, o que resulta na precarização da construção de moradias.

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembramos que a terra urbana, ou um pedaço da cidade constitui sempre uma condição de monopólio - ou seja, não há um trecho ou terreno igual, a outro e sua localização não é reproduzível - estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sobre forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária seu motor central (MARICATO, 2015, p. 23).

Historicamente, temos que os direitos que foram conquistados no que tange à habitação, direito à cidade, são frutos da pressão dos movimentos sociais. Em toda a América Latina, grandes movimentos sociais, questionamentos à subordinação aos países capitalistas centrais, as lutas da classe trabalhadora, grandes mobilizações ao agravamento das desigualdades sociais, resultaram em importantes conquistas, ainda que limitadas.

2.3 Ouro Preto: Uma cidade à beira de um colapso geológico

Abriremos esse último tópico do nosso capítulo com as reflexões de Murta (2012):

Atualmente Ouro Preto está diante de um cenário que ainda dista significativamente das metas traçadas pelo Ministério das Cidades no que tange ao projeto das *Cidades Resilientes*. Na tentativa de mudar este cenário, o município vem criando meios para se enquadrar no modelo padrão de cidades resilientes, mas isto só será possível com o auxílio dos Governos Estadual e Federal devido ao quadro de máxima complexidade geotécnica que o município está inserido (MURTA, 2012, p. 1).

A Defesa Civil brasileira surge em 1940 com o intuito de proteger a sociedade civil contra os efeitos da Segunda Guerra Mundial, apesar de em anos anteriores já indicarem ações em defesa de desastres. Sob fortes mobilizações populares, o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea¹³ ao Decreto – Lei 4098 inspirado no modelo da Inglaterra para atender a população em caso de emergência.

As medidas iam desde as ações bastante operacionais, como o recolhimento aos abrigos e o atendimento aos alarmes, até procedimentos mais gerais, que deveriam ser cumpridos por grupos específicos, como o atendimento de enfermagem, a realização de limpeza pública, a extinção de incêndios, a construção de abrigos, a disposição de maquinários e de rádios de comunicação, entre outros (DUTRA, 2017, p. 75).

Após essas ações, o Serviço de Defesa Civil ganhou prestígio perante outros órgãos e, com isso, foi transferido para outras áreas do Estado, engajado numa doutrina de disciplina e de obediência. A justificativa disseminada era a possibilidade de um novo ataque de guerra valendo todo o esforço coletivo para a proteção individual e do país.

Em síntese, naquele momento o país não sofria ameaça real de um novo bombardeio, mas a ideia era difundir amplamente, a partir das mobilizações, o conceito

¹³ “Grande parte da bibliografia levantada (...), e dos documentos pesquisados sobre o tema, entre eles as cartilhas de capacitação em defesa civil disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (UFSC, 2013; 2015), indicam que a criação do Serviço ocorreu após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. E que foi impulsionada pelo ataque da Alemanha aos navios Araxá e Itagiba, abatidos da Bahia no mês de agosto de 1942, causando a morte de mais de 50 civis” (DUTRA, 2021, p. 69).

de um Estado Novo unificador e protetor que está acima das classes. Porém, sabe-se que o Estado Novo era um regime político ditatorial e, alinhado ao Estado capitalista, visava incorporar a função de consenso sem extinguir a coerção como forma de legitimidade e manutenção da ordem.

Entre os anos de 1950 e 1960, sabe-se que houve um aumento da população urbana devido à concepção desenvolvimentista ideário do governo Vargas, todavia, até aquele momento não havia ações governamentais de desenvolver e ou priorizar questões de moradias dos trabalhadores, fator que contribuiu para um agravamento de desastres. Nos anos 1970, foram criadas as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil vinculadas à Sedec com a finalidade de preservar a moral da população e o restabelecimento da normalidade da vida comunitária com medidas protetivas, assistenciais e de recuperação.

É possível verificar que é apenas a partir desse momento que começam a figurar nos documentos elaborados pela defesa civil questões voltadas para a preservação e a recuperação. Até então, expressões como calamidades públicas, catástrofe e socorro eram utilizadas quase que exclusivamente para referir ações de defesa civil, demonstrando que mesmo sem o pano de fundo de guerra, a lógica de gestão de desastres baseada em uma racionalidade imediatista se manteve, dando ênfase à resposta (DUTRA, 2017, p. 82).

Nessa ótica, a defesa civil, sob a gestão de desastres na ocorrência de impactos, aliada a aspectos de interesse político e econômicos, é inserida oficialmente ao governo possibilitando sua execução em outras situações. O Brasil naquele momento vivia uma regressão de direitos humanos através do regime ditatorial inserido no país.

Na década de 1980, o Brasil estava no contexto de redemocratização e Constituição Federal 1988, no qual apresenta, pela primeira vez, o objetivo principal do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) para o qual fora criado. Contudo, ao apresentar o conceito de defesa civil, observa-se restrição no foco, definindo sua atuação somente em momentos pós-impactos e não na atuação preventiva.

Ao longo dos anos, a defesa civil passou por diversas formulações que contribuíram para definir qual era seu principal objetivo diante da sociedade brasileira. Sendo assim, em 2012, foi instituída a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), a qual definirá os objetivos a serem seguidos pela própria instituição da defesa civil, a exemplo de:

VI- Estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização; VIII- monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres; IX- produzir alertas antecipadamente sobre a possibilidade de ocorrências de desastres naturais; XIII- estimular

iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro (DUTRA, 2017, p. 89).

A cidade de Ouro Preto conta com o apoio da COMDEC para respostas rápidas frente às catástrofes que podem ocorrer no município. Em 2012, foi criado um programa com o objetivo de buscar meios que viabilizem as gestões das áreas de riscos do município.

Em 2011, foi entregue ao município um mapa de risco no qual 60% da cidade o núcleo urbano se encontra em risco alto, e muito alto. A própria população dessas áreas se mobiliza nas épocas de chuvas para ajudar na remoção de pessoas das casas condenadas pela defesa civil. Tendo em vista esse cenário, é necessário desmistificar a ideia de que o fundo público resolveria os problemas de ordem social existentes, uma vez que, na realidade, ele expressa a estrutura do capitalismo por desastres. Como nos aponta Salvador (2012), o fundo público representa o conjunto de riquezas acumuladas pelo Estado, ao longo de um período, para atender a necessidades diversas. Assim, para que ele seja usado de modo significativo, é preciso que haja objetivos previamente traçados, com vistas à proteção dos direitos. No entanto, diante do enfrentamento da crise do capital, o fundo público é mais enxergado como ajuda às instituições financeiras, a qual vale-se dos impostos arrecadados dos cidadãos. “A financeirização implica pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros” (SALVADOR, 2012, p. 5).

Parte do problema habitacional poderia ser enfrentado, a partir de uma política pública, estatal, universal, com financiamento para a habitação municipal, em âmbito municipal, estadual e federal, construir casas em locais seguros a essas famílias; ao invés de tentar resolver de forma paliativa com o auxílio emergencial de auxílio habitacional, no valor de R\$500,00, pois é difícil encontrar na parte central da cidade esse valor de aluguel.

Ainda foram apresentados os problemas mais agravantes da região: todo período de chuvas existe o risco iminente de deslizamento de terras em função do tipo de solo, ocasionando a interdição de diversas moradias pelo órgão da Defesa Civil do município. Em virtude do aumento populacional nos bairros, foram implementadas ações de infraestrutura urbana, como serviços de água e esgoto, iluminação pública, energia e asfaltamento de vias, dentre outros. Porém, essas medidas são insuficientes e ou inadequadas ao perfil edificado de construções sob encostas (CALIL, 2018).

A implementação do direito à moradia através de leis nacionais e normas internacionais modificou o enfoque das políticas habitacionais, tornando prioridade a

política habitacional para população de baixa renda, que inclui tanto a regularização fundiária, quanto políticas de subsídios que promovam o acesso à habitação. Contudo, a implementação da política habitacional de maior impacto no enfrentamento da crise habitacional brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ainda incide em velhos vícios no tratamento daquela política, apesar de ter um significativo avanço institucional no tratamento das políticas de habitação.

Podemos afirmar que o território é um dos mecanismos de fabricação de consenso presente nas políticas de habitação e assistência, pois elas são essenciais num país com tamanha injustiça social como o Brasil. É justamente nessas contradições causadas pela luta de classes, no modo de produção capitalista, que atua a/o assistente social, profissão criada para atender demandas da classe dominante, mas que, historicamente, tem se posicionado a favor da classe trabalhadora (da qual também faz parte).

Logo, a política social no capitalismo e o papel do Estado são contraditórios na medida em que este enfrenta as demandas sociais a partir de programas focalizados e fragmentados, que não se ocupam em garantir os direitos sociais, mas, sim, em defender os interesses do capital, num processo em que, a lógica de concessão de benefícios e de direitos garantidos tendem a caminhar juntos. Conforme Reis (2016, p. 19), “o Estado – dentre outras funções que cumpre – é, por determinação, expressão da dominação de classe, da contradição entre vida pública e privada, assim como forma das relações socialmente estabelecidas (...)”.

2.4 O fazer profissional no Serviço Social

Em um país marcado pelas desigualdades sociais, a função do assistente social é mais do que necessária para combater as injustiças e possibilitar que os indivíduos tenham acesso a seus direitos. No entanto, a área do Serviço Social enfrentou, e ainda enfrenta, diversos desafios na medida em que, em seu contexto histórico, observa-se que, por muito tempo, seu papel limitou-se à ideia do assistencialismo. Dentre outros aspectos, a regulamentação do Serviço Social como profissão, em 1957, representou uma mudança fundamental para a reconfiguração do entendimento de suas atribuições, que deixou de ser entendido como uma ajuda, e passou a se orientar pelas demandas e interesses institucionais, como uma prática profissional voltada para o atendimento de demandas (SOUZA, 2018).

Aqui, é válido mencionar, brevemente, que a inserção das políticas sociais na Constituição de 1988, embora não tenha sido suficiente para resolver todos os problemas sociais existentes à época, como a ocupação irregular do espaço urbano, provocada pelo

êxodo rural; foi de extrema relevância por trazer à tona o entendimento de que ter acesso às políticas assistencialistas é um direito de todo cidadão (FERNANDES; HELLMANN, 2016). O artigo 204 da CF/88 prescreve que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social”.

Pensando na atuação profissional do Serviço Social e em consonância com De Souza et al (2019), a competência profissional do assistente social se constrói por meio da análise do percurso histórico. Este cria as condições para a qual seu trabalho se desenvolverá, tendo em vista a busca por saberes técnicos e também por habilidades cruciais que abarcam as esferas social, política, ética, teórica.

Para sintonizar a profissão do Serviço Social na contemporaneidade, é necessário romper com a visão rotineira e a partir de uma perspectiva crítica da realidade, para que possa captar novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando particularidades e descobrindo alternativas de ação, porque, um dos maiores desafios da profissão atualmente é “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano” (IAMAMOTO, 2000, p. 16).

Faz-se necessário lembrar que assistentes sociais atuam na implementação, tanto de políticas sociais, quanto públicas e, principalmente, na relação direta com a população usuária da sociedade. Por isso, é imprescindível essa compreensão acerca dos instrumentos da profissão e seu objeto, dado que é a partir dessa junção que os desafios tendem a definir estratégias para a mediação entre os limites e potencialidades da profissão, principalmente na política urbana.

Ademais, sabemos que há um embate nos espaços de trabalho dos assistentes sociais pelas contradições existentes entre sociedade, Estado e propriedade privada. O Serviço Social é compreendido como uma profissão que se encontra inserida na divisão social e técnica do trabalho. Seu surgimento como profissão se deu em razão das necessidades da sociedade capitalista e do Estado. Ele situa-se como participante fundamental das relações sociais no âmbito da contradição entre capital e trabalho. Com isso, “torna-se necessário compreender o papel, os interesses e as formas de ação e organização da cadeia produtiva imobiliária, do Estado e da classe trabalhadora frente à política urbana e à produção do espaço” (CFESS, 2016, p. 43).

No entanto, devemos destacar que a viabilização de um trabalho crítico, mediado pelo projeto ético político¹⁴ não depende somente da intenção dos assistentes sociais. A

¹⁴ O Projeto Ético-Político do Serviço Social vai ser gestado dentro do processo de redemocratização, após o período da ditadura militar e autocracia burguesa. Neste contexto, vai surgir o movimento de

ideologia dominante está incorporada de diferentes formas nas instituições em que o assistente social é requisitado, por isso, é preciso se capacitar para o enfrentamento desse discurso conservador, moralizador e coercitivo, para não o reproduzir na prática profissional. “Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, discussão nos locais de trabalho, articulação com outras categorias, entidades e movimentos organizados da população usuária” (BARROCO, 2011, p. 213).

Se pensarmos no mercado habitacional num país dependente e subdesenvolvido, a construção civil tem um forte vínculo com o Estado. Sabe-se que consumo e circulação estão intimamente relacionados, mas o consumo da classe trabalhadora é irrelevante ao capitalismo, pois as construções de imóveis são voltadas necessariamente às classes médias e altas da sociedade. A população brasileira convive com um dos salários mais baixos do mundo e isso impacta a vida dos trabalhadores e a possibilidade de adquirir sua moradia, de ter ou não ter casa própria. Compreende-se que o país tem um problema que se arrasta desde a colonização, o Estado não realiza incentivos a políticas públicas voltadas para esse setor;

A habitação se constitui no problema social para a força de trabalho no contexto da superexploração que tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a retirada do salário do valor respondente por uma habitação que abriguem o trabalhador e sua família, obrigando-o a lançar mão de estratégias variadas, e, sobretudo, precárias para se reproduzir como força de trabalho, e o que representa, interesse para a reprodução e ampliação do capital (SILVA, 1989, p. 34).

O trabalho de assistentes sociais nas repartições socioinstitucionais é, predominantemente, regido pelo Estado. São vistos como necessários para a articulação de políticas públicas no combate às desigualdades sociais das famílias beneficiárias da política urbana. Não obstante, para a população, o trabalho social nesses locais é entendido como provimento de recursos, pois um teto é tudo. O trabalho social na política urbana deve estar sob a perspectiva do direito à cidade.

Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Particularmente no Brasil, a continuidade dessa experiência se constitui no movimento de *renovação*, com suas três frentes: a Modernização conservadora, a reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. É por meio do grupo vinculado a Intenção de Ruptura que a profissão vai avançar na crítica ao conservadorismo, adotar a perspectiva crítica pautada nos referenciais marxistas. E é dentro do Movimento de Ruptura que será construído o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Um marco histórico é o Congresso da Virada em 1979. A partir desse movimento, o Projeto Ético Político foi construído e ele tem uma dimensão ampla, macro- societária. Ele também é pautado em três dimensões importantes: O Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação da Profissão. O Projeto Ético-Político vai no sentido da construção de um modelo de sociedade mais justa e igualitária.

Este núcleo agrega alguns elementos relacionados à falta de um planejamento de política urbana eficaz e legítima que algumas cidades e os municípios, em sua maioria, não possuem. Com isso, ocasiona tensões que “eclodem sobre o trabalho do /a assistente social na forma de demandas reprimidas, ausência de serviços e violação de direitos dessas mesmas famílias (...)” (CFESS, 2016, p. 44).

O público é flutuante e heterogêneo, formado por adultos, idosos, além de ser majoritariamente feminino. Os beneficiários chegam à instituição por demanda espontânea e ou através de ligações e mensagens da própria técnica e setor de moradia para renovação do benefício. Os atendimentos são realizados individualmente pela assistente social, de forma a garantir a integridade do beneficiário, a ética e o sigilo profissional.

Durante a experiência do estágio foi possível observar que nos atendimentos individuais, a profissional preenchia o Formulário socioeconômico de habitação, a partir das informações e documentos dos que irão ingressar no programa, como também, aqueles que já fazem parte do benefício Auxílio Moradia. Essa coleta de dados e o checklist permitirá maior compreensão do Assistente Social para a elaboração do Relatório Social do beneficiário.

Já as famílias que residem em habitações precárias, situadas em área de risco com laudo da Defesa Civil, as profissionais, junto ao diretor, fazem visitas domiciliares para averiguação dos lares, e orientam sobre os devidos documentos a serem encaminhados à Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Cabe mencionar que tal averiguação é de responsabilidade da Defesa Civil. Quando chega um laudo da COMDEC, imediatamente, a Assistente Social e o Diretor da Habitação entram em contato direto com a Defesa Civil, uma vez que a maior prioridade é a vida das pessoas. Assim, é realizada uma breve reunião entre esses departamentos a fim de que se conheça o histórico do local de acesso para melhor atendimento das famílias e/ou indivíduos.

Esse trabalho da Defesa Civil, em conjunto com a Secretaria de Habitação, foi de suma importância na região de Amarantina, por exemplo, nas fortes chuvas do mês de outubro de 2021. Foi efetuado um levantamento entre as partes envolvidas, dividindo equipes para percorrer as ruas alagadas e fazer um levantamento do número de pessoas, suas necessidades e comorbidades.

Figura 1 – Reunião para atuação da Defesa Civil – Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Fonte: Ane Souza, 2022.

Figura 2 – Defesa Civil de Ouro Preto em campo



Fonte: Ane Souza, 2022.

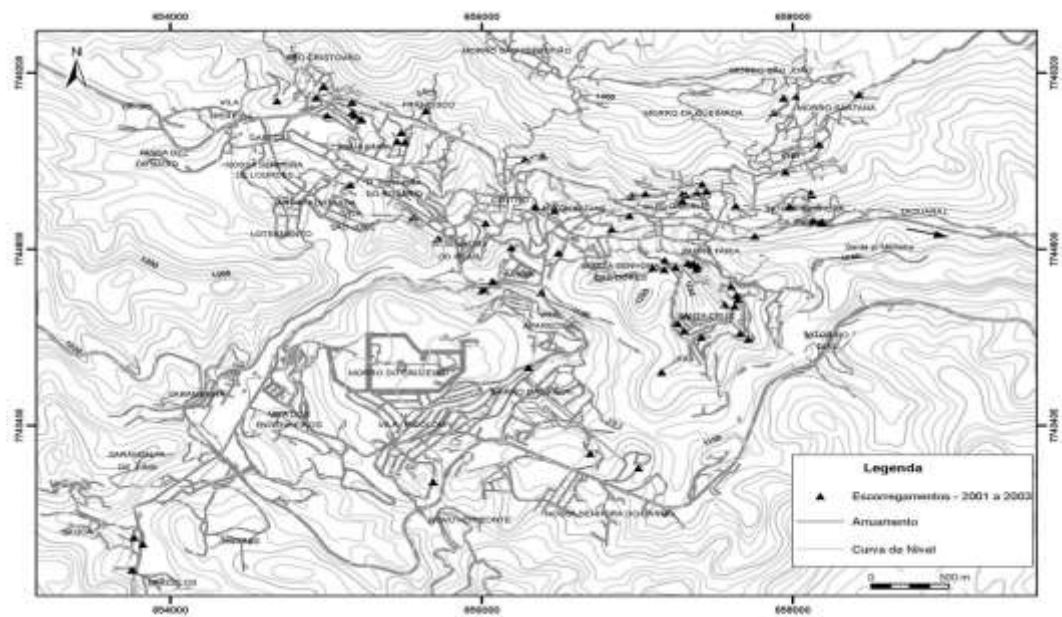
Figura 3 – atuação da Defesa Civil frente aos estragos causados pela chuva



Fonte: Ane Souza, 2022.

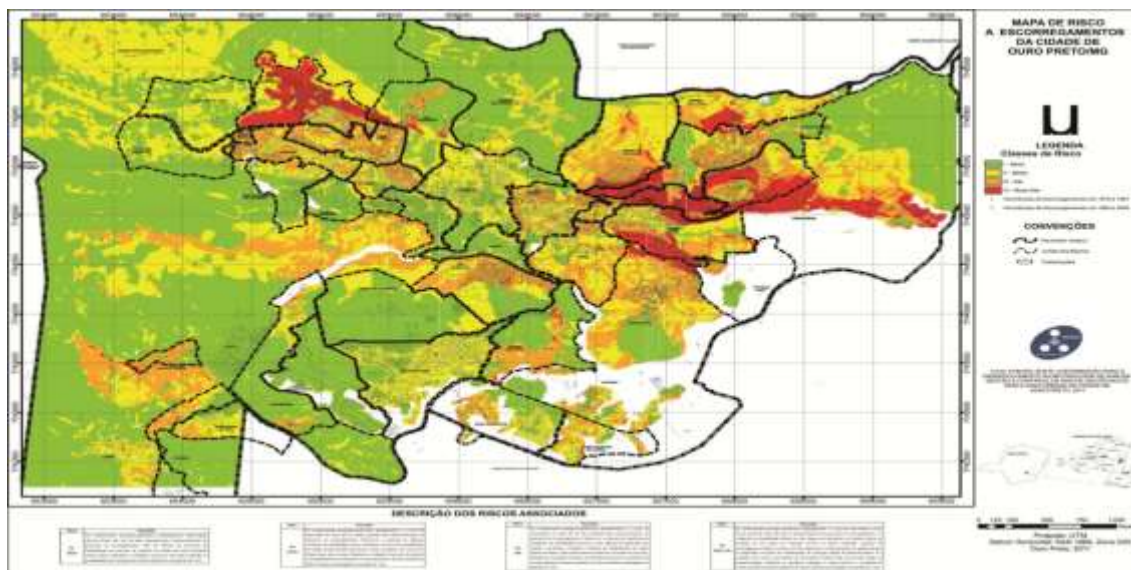
Com os mapas abaixo, retirados do Dossiê do Risco Geotécnico de Ouro Preto, organizado pelo engenheiro geológico Charles Romazâmu Murta, em 2012, verificar-se-á como o território da cidade de Ouro Preto foi formando-se, ao longo do tempo, em termos de habitação, nos morros em torno dela. Conforme o geólogo, “os gráficos, tabelas e mapas publicados na dissertação de mestrado da pesquisadora Jeanne Castro. As análises apresentadas foram feitas para o período compreendido entre 1988 e 2004” (2012, p. 6).

Figura 4 – Mapa de Ouro Preto com os registros de movimentos de massa para 1995.



Fonte: Murta, 2012, p. 13.

Figura 5 – Registros de movimentos de massa para os anos de 2001 a 2003.



Fonte: MURTA, 2012, p. 15.

Figura 6 – Mapa de risco a escorregamentos da cidade de Ouro Preto, entregue ao município em novembro de 2011.



Fonte: MURTA, 2012, p. 17.

Na imagem do satélite acima, é possível visualizar Ouro Preto vista do alto. Verifica-se que a cidade, inicialmente, desenvolveu-se ao longo do vale do Ribeirão do Carmo, na Serra de Ouro Preto, localizada na parte superior da imagem e a Serra do Itacolomy, na parte inferior da imagem. Os problemas de habitação se agravaram após a expansão urbana pela Serra de Ouro Preto como será visualizado nas figuras 7, 8, 9 e 10.

Figura 7 – Visão panorâmica da Serra de Ouro preto desordenadamente ocupada e com alta densidade demográfica. A Serra de Ouro Preto não é propícia à expansão urbana, uma vez que é formada por metassedimentos com xistosidade e foliação mergulhando a favor do pendor da encosta.



Fonte: MURTA, 2012, p. 21.

Figura 8 – Morro Santana e Piedade, bairros também com elevada densidade demográfica que evoluíram desordenadamente sobre a Serra de Ouro Preto. De modo geral, o risco nestes bairros é muito alto



Fonte: MURTA, 2012, p. 27.

Figura 9 – A seta indica o local entre o Morro Santana e Piedade onde ocorreu o maior acidente geológico de Ouro Preto no dia 04 de janeiro do ano de 1997. Doze pessoas perderam a vida e uma ficou ferida. No local, existem grandes matacões de canga envoltos por uma matriz silto-arenosa lateralizada que compõem uma encosta com declividade muito acentuada.



Fonte: MURTA, 2012, p. 27.

Figura 10 – Exemplo de uma ocupação inadequada ao extremo, onde se pode verificar uma casa imediatamente abaixo de uma longa encosta com declividade tão elevada que localmente chega a se verticalizar. Essa foto foi tirada a partir da Rua Francisco Isac, no Bairro Alto da Cruz, na Serra do Itacolomy



Fonte: MURTA, 2012, p. 28.

A escolha das fotos acima colocadas, presentes no Dossiê da Defesa Civil de Ouro Preto, deu-se diante da necessidade de reflexão e questionamento ao identificarmos que os bairros centrais, assim como os periféricos, também estão sob riscos geológicos eminentes.

Sabe-se que também que a construção de habitações nos morros faz parte da constituição histórica da cidade, já que as primeiras casas surgiram em morros, especificamente no Morro São João, séculos atrás, quando havia a corrida frenética pela busca do ouro. De um lado, a representação da riqueza. De outro, bairros totalmente esquecidos pela gestão municipal. Isso, talvez, sirva para explicar o porquê, no dossiê, o centro histórico não aparece como área de risco geológico. O direcionamento de verbas para a parte central permite que medidas sejam tomadas com mais assertividade, se comparado com os morros, para evitar danos ao patrimônio. O fato é que toda a cidade histórica, principalmente os morros, necessitam de ações mais eficientes que visem garantir o direito à moradia e, ao mesmo tempo, mitigar impactos ambientais e sociais.

4 CONCLUSÃO

A Política de Habitação vem para dar uma resposta às expressões da “questão social”, ou seja, garantir uma moradia digna às famílias de baixa renda existentes em todo o país. A falta e a precariedade de moradias no Brasil é um problema recorrente até os dias atuais.

Salienta-se que, o desenvolvimento do nosso país está vinculado a emergência do capital mercantil e a criação de um mercado mundial que ainda estava sob os efeitos da escravidão. A colonização marca o Brasil sob o império e a república com tendência à subordinação e dependência ao modo de produção mundial. Isso significa que a base material do desenvolvimento do Brasil no período colonial era constituída pela economia agrária, baseada no latifúndio e no escravismo.

A falta de planejamentos governamentais e ou falta de política de habitação são alguns dos problemas presentes nas habitações precárias em espaços de risco geológico comuns a desastres com vítimas fatais. Sabe-se que o Estado não realiza incentivos às políticas públicas voltadas para o setor e a maioria dos trabalhadores não têm acesso a moradias, a exemplo do BNH, de autoria da deputada Sandra Cavalcanti, em década de 1960, e o programa Minha casa Minha Vida, criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2009. O Estado promove políticas públicas habitacionais muito mais preocupado com a produção do que com o produto produzido. O que interessava era aquecer a economia mais do que a qualidade das casas construídas ou a localidade das casas.

A moradia é um direito social, cabendo ao Estado promover programas de construção de moradias e melhorias de condições habitacionais e saneamento básico. A questão habitacional é um problema que vem se arrastando por anos, pois entra governo e saem governo a situação continua a mesma. Isso porque, no capitalismo dependente, o Estado não é de resolução de todos os problemas e, sim, de representação da classe dominante.

Os Assistentes Sociais na Habitação como em qualquer área de atuação, frente às novas demandas que estão surgindo, devem estar sempre atualizados profissionalmente, pois os instrumentos de trabalho da profissão, em conjunto ao Projeto Ético Político, podem intervir nas expressões da “questão social”.

Seu pressuposto vem a partir do pensamento de um novo modelo de sociedade, pois o Projeto Ético Político nasce com o predomínio de intenção de ruptura com o conservadorismo adotando perspectiva crítica pautado nos referenciais teórico metodológico marxista. Ou seja, o profissional vem com perfil mais crítico, sendo capaz

de planejar/organizar propostas para as políticas sociais, projetar, registrar e executar. Assim, pensar nesse projeto é entendê-lo como valoração ética e política a partir do coletivo às transformações societárias.

Vale ressaltar que, um dos principais objetivos na nova Constituição de 1988, era reger a democratização pela Constituição Federal válidos para todas as pessoas. Somente quando esses direitos são usufruídos pelas pessoas é que existe, efetivamente, cidadania, que não deve ser vista como doação do Estado à sociedade. Cidadania é uma realidade em construção, que resulta de um processo de lutas e de conquistas dos sujeitos e dos grupos sociais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST), composto por trabalhadores e trabalhadoras que, desde 1984, lutam pela garantia do direito à moradia, são exemplos de mobilizações que colocam em prática o conceito de cidadania e corroboram a ideia de os grupos sociais serem decisivos para que ocorram transformações na sociedade, aspirando ao atendimento das necessidades básicas e, concomitantemente, a proteção dos direitos sociais.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. A apropriação do território nas políticas de assistência social e habitação. **Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. São Paulo: Papel Social, 2016.

ABREU, Maria Helena Elpidio. Fronteiras, armadilhas e muros: contribuições teórico-metodológicas para o debate sobre território. **R. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 261-270, maio/agosto, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p261>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ANGHER, Anne Joyce. **Vade mecum universitário de direito**. 9.ed. São Paulo: Rideel, 2011.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.106, p. 205-218. ISSN 0101-6628.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. O. P. **Lei Complementar nº 29 de 28 de dezembro de 2006**. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Ouro Preto. 2006.

BRASIL. O. P. **Lei nº264 de 13 de julho de 2006**. Dispõe o projeto de apoio emergencial à moradia e dá outras providências. Ouro Preto. 2006.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”**. 1693 a 1737. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002, p. 163.

Conselho Federal de Serviço Social- CFESS – **Atuação de Assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. Elaborado pelo grupo de trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Questão Urbana, 2016.

CALIL, Maria Ribeiro. **Expansão urbana em Ouro Preto – MG: O risco de ocupar encostas mineradas**. Universidade Federal de Viçosa, 2018.

DE SOUZA, Mariana Leal et al. **O trabalho do assistente social na política de assistência social: um debate necessário acerca das competências dos assistentes sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2019.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de Desastres e Serviço Social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil/ Adriana Soares Dutra**. – 2.ed. Curitiba: Appris, 2017.

TEMPORALIS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Ano.2, n.,3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, 88p.

ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**, v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, pp. 105-82.

Engels, Friedrich, 1820-1895. **Sobre a questão da moradia**/ Friedrich Engels; tradução de Nélio Schneider. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. (Marx-Engels)

FAUSTO, Boris. 1930. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 – (Didática I);

FONSECA, Cláudia Damasceno - docente da Université Sorbonne Nouvelle, Paris 3. E pesquisadora do CREDA (Centro de Recherches et de Documentatino des Amériques), 2011.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline Gazola. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. 2016.

GLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 364-382.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **As primeiras Vilas do Ouro**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: editora expressão popular, 1º edição, 2015.

MASSON, Gabriela Abrahão. **Serviço Social e Questão Agrária: Um Debate Necessário ao Fortalecimento da direção Crítica do Projeto ético político Profissional**.

MAURIEL, Ana Paula O. Relações Internacionais, política social e combate à pobreza. **Revista em Pauta**, v. 6, n. 23, julho, 2009.

MURTA, Charles Ramazâmu. **Dossiê do Risco Geotécnico de Ouro Preto**, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** 7. ed.- São Paulo Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social. V.1.)

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. In: Estudos Avançados, v. 7, nº 18. São Paulo: USP, 1993.

REIS, Marina Rodrigues Corrêa dos. **O braço esquerdo do capital e a lógica onímoda do trabalho: gênese, função e análise imanente da política de Assistência Social no Brasil**, 2016.

REIS, José Bonifácio Alves e Silva. Monografia: **A Questão habitacional no município de Ouro Preto/MG e suas consequências sociais**, 2017.

SANT'ANA, Raquel; MASSON, Gabriela Abrahão. **Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional**. Londrina, v. 21, n. 1, jul./dez., 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. Direitos de publicação reservados pela editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Ltda. São Paulo: Brasil, 1993.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira, versos e reversos**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Laura de Mello; BICALHO, Maria Fernanda. **1680-1720: o Império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Patrícia Chaves de et al. **Serviço social e o trabalho interdisciplinar: o exercício profissional do/da assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) do município de Palhoça/SC**. 2018.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais (1806). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 6, 1901, p. 757-853.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento**. Residências. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1956.

XAVIER, Ângela Leite. **Tesouros, fantasmas e lendas de Ouro Preto; ILUSTRAÇÃO DE José Efigênio Pinto Coelho**. 3. Ed. Ver. E aum. – Ouro Preto: Edição da Aurora, 2021.

YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.